

DANIELE CRISTINA BAHNIUK MENDES

**COMPILADO DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS:  
ASPECTOS EPISTÊMICOS  
E METODOLÓGICOS**

*Testo e Contexto*

EDITORA E LIVRARIA

Copyright@2020Daniele Cristina Bahniuk Mendes  
Todos os direitos reservados à autora

**TEXTO E CONTEXTO EDITORA:**

**Diretora e editora-chefe:** Rosenéia Hauer

**Projeto gráfico e supervisão editorial:**

Rosenéia Hauer

**Capa:** Dyego Marçal

**Diagramação:** Eloise Guenther

**Revisão:** Daniele Cristina Bahniuk Mendes

M538c Mendes, Daniele Cristina Bahniuk  
Compilado de Ciências Sociais: aspectos epistemológicos  
e metodológicos [livro eletrônico]/ Daniele Cristina Bahniuk  
Mendes. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.  
119 p.; E-book PDF –2292 Kb.

ISBN: 978-65-884-05-1

1. Pesquisa. 2. Projeto. 3. Estado da arte. 4. Metodologias.  
4. Correntes epistemológicas. I. T.

CDD: 300.72

Ficha Catalográfica Elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos  
– CRB 9/986

TEXTO E CONTEXTO EDITORA  
Rua Eduardo Bonjean, 375.  
Uvaranas - Ponta Grossa - PR  
(42) 98883 4226/3226 9464

Compilado de Ciências Sociais:  
aspectos epistêmicos e metodológicos

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

*Texto e Contexto*  

---

EDITORA

## **CONSELHO EDITORIAL**

### **Presidente:**

Dra. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro  
(Unicentro)

### **Membros:**

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)  
Dra. Silvana Oliveira (UEPG)  
Doutorando Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)  
Dra. Marly Catarina Soares (UEPG)  
Dra. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)  
Dr<sup>a</sup> Letícia Fraga (UEPG)  
Dra. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)  
Dr. Evanir Pavloski (UEPG)  
Dra. Eunice de Moraes (UEPG)  
Dra. Joice Beatriz da Costa (UFFS)  
Dra. Luana Teixeira Porto (URI)  
Dr. César Augusto Queirós (UFAM)  
Dr. Valdir Prigol (UFFS)  
Dr. Luís Augusto Fischer (UFRGS)  
Dra. Clarisse Ismério (URCAMP)

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>1. PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA</b> .....	9
1.1 Da ética na pesquisa.....	11
1.2 O processo de ruptura em um projeto de pesquisa.....	15
1.3 Justificação metodológica .....	18
1.4 Pesquisas denominadas “Estado da Arte” e “Estado de Conhecimento.....	21
1.5 Cronograma de atividades.....	25
<b>2. METODOLOGIAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS</b> .....	29
2.1 Pesquisa qualitativa e quantitativa.....	30
2.2 Pesquisa exploratória .....	36
2.3 Pesquisa bibliográfica .....	38
2.4 Pesquisa documental .....	42
2.5 Grupo focal.....	43
2.6 Entrevistas .....	46
2.7 Conteúdo.....	48
2.8 Triangulação de métodos .....	50

<b>3. CIÊNCIAS SOCIAIS E EPISTEMOLOGIA:</b>	
<b>APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS</b> .....	53
3.1 Conhecimento: a base da epistemologia .....	53
3.2 Perspectivas gerais sobre a epistemologia .....	59
3.3 Ciências sociais na contemporaneidade e sua interdisciplinaridade .....	64
<b>4. CORRENTES EPISTEMOLÓGICAS</b> .....	79
4.1 Thomas Kuhn .....	80
4.2 Karl Popper .....	83
4.3 Michel Foucault .....	86
4.4 Boaventura de Souza Santos .....	89
4.5 Jürgen Habermas .....	92
4.6 Zygmunt Bauman .....	94
4.7 Pierre Bourdieu .....	97
4.8 Émile Durkheim .....	101
4.9 Edgar Morin .....	103
4.10 Paulo Freire .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109

# APRESENTAÇÃO

Migrar de uma área disciplinar para interdisciplinar requer uma sensibilidade para perceber as suas várias facetas e em especial, entender a dinâmica que o objeto de estudo estabelece em sua complexidade.

Assim surgiu a ideia de publicar esse compilado, a partir dos estudos de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, que é eminentemente interdisciplinar. Minha formação acadêmica é em Direito, e então, com o ingresso no mestrado, precisei me adaptar as mudanças de paradigmas que os olhares interdisciplinares requerem.

Acostumada particularmente com a pesquisa bibliográfica, as primeiras impressões das aulas de pós-graduação *stricto sensu* foram de que existe uma infinidade de modos de se apreciar o objeto científico. Tomei consciência desta variedade metodológica. Igualmente, nas aulas de Epistemologia percebi que num estudo em Ciências Sociais - interdisciplinar - o objeto pode ser apreciado simultaneamente sob vários prismas. A riqueza epistemológica é infindável. Essas aulas descortinaram minha visão sobre as ciências, em especial as Ciências Sociais, revelando sua beleza e importância.

Compartilhar um pouco desse aprendizado é o mote desta obra, objetivando mostrar,

ainda que sucintamente, alguns conceitos básicos, correntes epistemológicas conhecidas, metodologias aplicáveis para estudo, a fim de que o leitor dê os primeiros passos rumo a um estudo interdisciplinar. Fique claro, que obviamente, em poucas páginas, não se tem qualquer pretensão de esgotar o tema, pois um estudo em Ciências Sociais é extremamente abrangente e pode ser ramificado em vários pontos.

Com base em leituras de obras, anotações de salas de aulas, seminários, redação de artigos e também no conteúdo da dissertação final, é que emergiu esse compilado, que pode servir como um guia aos iniciantes nesta transição disciplinar-interdisciplinar.



# 1. PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA

Este primeiro capítulo destina-se ao tratamento de questões gerais e esclarecimentos prévios a qualquer pesquisa.

Inicia-se com a explanação sobre a questão da Ética na Pesquisa em Ciências Sociais envolvendo seres humanos, e aborda o problema de ainda estar vinculado a um paradigma ligado às Ciências da Saúde.

Na sequência, faz-se uma explanação sobre o Processo de Ruptura em um Projeto de Pesquisa. Ali são expostas as maneiras de sair de uma temática ligada ao senso comum e formulá-la à luz das ciências.

Depois é feita uma narrativa sobre as motivações de se expor em todo trabalho científico a Justificação Metodológica. Isso é necessário para ilustrar o caminho percorrido pelo pesquisador que levou aos seus resultados de estudo.

Após é feita a exposição das diferenças entre estudos denominados “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento”. Toda pesquisa científica necessita de um recorte temporal e espacial, cabendo ao pesquisador fazer um prévio levantamento de como a ciência vem tratando o tema. Assim, essencial saber a diferença entre esses levantamentos.

O capítulo é finalizado com a apresentação de um modelo de Cronograma de Atividades. Para se ter uma linha condutora e não se desviar dos propósitos da pesquisa é essencial ter prefixado quais as atividades que se deseja realizar e o tempo destinado para tal.

Esses primeiros passos dão sustentação ao iniciante num estudo científico, em especial interdisciplinar. São colocações que auxiliam a formar uma ideia de como a pesquisa poderá se desenvolver de maneira organizada, coerente e ética.

## 1.1 Da ética na pesquisa

Uma pesquisa que intencione discutir aspectos epistemológicos do conhecimento em determinado campo, precisa esclarecer aspectos teóricos e metodológicos. Nesse sentido, um estudo teórico-reflexivo é tão importante e complementar quanto os dados levantados pela pesquisa prática.

A ética é um valor que guia as ações humanas, sendo que tal valor deve estar embutido na pesquisa científica, eis que traz consigo a implicação do respeito à dignidade humana e a proteção aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

No Brasil a regulamentação e procedimentos da ética em pesquisa têm sido definidos, basicamente, na área biomédica, que em grande parte não atendem as especificidades da pesquisa em ciências humanas e sociais. Apesar de nos últimos anos diversas associações e entidades desta área das ciências terem apresentado um posicionamento contrário à forma pela qual os seus projetos são analisados, ainda prevalece o Sistema CEP/CONEP, ligado ao Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde (MAINARDES, 2016).

É de se lembrar que a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, com a

função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Tem função consultiva, deliberativa, normativa e educativa, atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa - CEP- organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. A CONEP e os CEP têm composição multidisciplinar com participação de pesquisadores, estudiosos de bioética, juristas, profissionais de saúde, das Ciências Sociais, humanas e exatas e representantes de usuários.

Desta forma, embora haja críticas à centralidade do CONEP e a vinculação ao critério biomédico, o CNS, através da Resolução nº 466/12, artigo XIII, reconheceu as especificidades das pesquisas, uma vez que se utiliza de metodologias próprias (BRASIL, 2012).

A regulamentação específica da ética na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais deu-se por meio na Resolução nº 510/2016 do CNS. Justificou-se a norma, aduzindo que nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais prevalece uma visão pluralista de ciência com adoção de diversas perspectivas teórico-metodológicas, não necessitando a intervenção direta no corpo humano (BRASIL, 2016).

O texto normativo explicita que se baseia em documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da

liberdade e da autonomia do ser humano, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948.

Sentiu-se necessário ter uma norma compreensível por todos os envolvidos nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, assim a resolução ressaltou que a produção científica deve trazer benefícios para o indivíduo e a coletividade, possibilitando a promoção de qualidade de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e de meio ambiente.

Observando o disposto no artigo 1º, parágrafo único, incisos II, III, VI e VII da Resolução nº 510/2016 do CNS<sup>1</sup>, a princípio, estaria dispensada de registro na Plataforma Brasil, as pesquisas cujos procedimentos metodológicos não envolvem dados diretamente obtidos com participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores. Ou seja, pesquisas que

---

1 Resolução nº 510/2016 CNS: art. 1º, parágrafo único Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/ CONEP: (...) II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011; III – pesquisa que utilize informações de domínio público; (...) VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito.

utilizam informações de acesso e domínio público, bem como de textos científicos para revisão da literatura científica não necessitam de aprovação pelo Comitê de Ética.

Todavia, em respeito à ética na pesquisa e dada a credibilidade e segurança de se ter uma pesquisa aprovada por comitê de ética do sistema CEP/CONEP, nada obsta a submissão do projeto na Plataforma Brasil.

Reconhece-se a importância da questão da revisão ética dos projetos, eis que legítimas as preocupações com a preservação dos Direitos Humanos, aliada a necessidade de defesa da dignidade humana e proposições visando a proteção do ser humano.

## 1.2 O processo de ruptura em um projeto de pesquisa

O ato de ruptura em projeto de pesquisa científica significa romper com os preconceitos e falsas evidências advindas do senso comum. A partir de um processo adequado de ruptura é que se pode construir um bom projeto de pesquisa, e então, iniciar a investigação científica.

O estudo de qualquer tema geralmente apresenta-se amplo, então, o melhor a fazer é tratá-lo como fenômeno (ou seja, objeto de estudo), pois se apresenta delimitado no tempo e no espaço.

Ocorre que para delimitar uma teoria, que se quer aplicar no processo de pesquisa, necessário se faz um estudo exploratório, o qual permite compreender a lógica e direcionar um tipo de olhar sobre o fenômeno. Portanto, o estudo exploratório apresenta-se como uma estratégia de contextualização teórica e empírica (BOURGUIGNON; OLIVEIRA JUNIOR; SGARBIERO, 2012).

A pesquisa exploratória surge com uma preocupação ou inquietação. Os autores Quivy e Campenhoudt (2008) indicam que a primeira etapa do processo de ruptura, em uma pesquisa exploratória, dá-se com a formulação

de uma pergunta de partida. Esta deve atender a três qualidades: clareza (pergunta unívoca), exequibilidade (pergunta realista) e pertinência (não pode ser pergunta ‘moralizadora’ ou ‘filosófica’).

Por sua vez, Minayo (1994, p. 18) indica que “toda investigação se inicia com um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”.

Alicerçada na pergunta de partida da pesquisa, passa-se para a segunda etapa do processo de ruptura da pesquisa, a exploração, em busca de um norte para responder a pergunta de partida. Coletam-se informações, através de leituras, visando encaminhar-se para a problemática de investigação.

Chega-se, então, a terceira etapa da ruptura – problemática. Revendo a pergunta de partida, por meio da nova compreensão que surgiu da exploração, principalmente, trazendo à luz aquela inquietação inicial.

Essa foi a fase exploratória da pesquisa, em que se dedicou um tempo para perguntar-se sobre os aspectos elementares do objeto, seus pressupostos, as teorias subjacentes que dão suporte, visando conhecer o que se pretende estudar. Tal fase é essencial para construção do projeto de pesquisa (MINAYO, 1994).



A partir da problemática, cujo ponto de partida foi o tema e o problema, mostrando o procedimento de ruptura, enxerga-se com mais clareza o fenômeno, e passa a ter uma postura mais compreensiva do tema.

Com isso, é possível estabelecer os objetivos e formular a hipótese. Neste ponto, Minayo (2000) diz ser imprescindível ter hipóteses iniciais, porque a realidade não é óbvia, e tais hipóteses devem ser flexíveis, permitindo hipóteses emergentes.

Segundo Pescuma e Castilho (2008) hipótese é uma resposta antecipada e dada de forma provisória ao problema, surgida pela argumentação que liga o problema com os dados coletados (bibliográficos, de campo e experimentais). No desenvolver do estudo, o pesquisador vai conhecendo e dominando o assunto com aprofundamento do tema, isso faz com que a hipótese possa ser comprovada ou rejeitada, que é o objetivo da pesquisa. Seguem os autores dizendo que durante a pesquisa é plenamente possível a alteração ou afastamento da hipótese, caso se entenda que são inapropriadas.

Portanto, a hipótese de pesquisa é elaborada a partir de fontes diversas, lastreada em teorias que a sustentem, explicitadas no processo de problematização e delimitação do tema. Deve-se atentar à utilização de conceitos claros, específicos e não baseados em valores morais - evitou-se

uso de adjetivos, tais como: bom, eficaz e outros (DESLANDES, 1994).

Depois de problematizado, delimitado o tema e formuladas as hipóteses pode-se fixar que a pesquisa tem um objeto. Conjugando essas fases com a justificativa decorreram os seus objetivos, os quais expressam o que é pretendido com a pesquisa. Então, assim é possível começar a investigação social.

Necessariamente, precisa passar pela fase exploratória da pesquisa, *“tempo dedicado a interrogar-se preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu foco fundamental é a construção do projeto de investigação”* (MINAYO, 1994, p. 26).

De todo o exposto, pode-se verificar que a construção da problemática de pesquisa ocorreu a partir do processo de ruptura. A sua importância é singular, na medida em que servirá de orientação, clareando os caminhos que o pesquisador irá trilhar em sua pesquisa.

### 1.3 Justificação metodológica

A justificação metodológica de qualquer pesquisa serve para expor o caminho eleito pelo pesquisador e que será trilhado em busca

das possíveis respostas da pergunta de partida que norteia a investigação. Considera-se que a demonstração da metodologia e os métodos empregados na pesquisa possibilitam que outros pesquisadores, igualmente interessados no tema, possam averiguar a exatidão dos achados, bem como estimular novos percursos.

O conhecimento existente não pode ser enxergado de modo isolado, ao contrário, deve ser agrupado dando a noção de complementaridade (MORIN, 2014). Não há um ponto de vista exclusivo de observações, portanto, dentro desses vários prismas de observação científica se encontram as Ciências Sociais, as quais estudam fenômenos ligados à sociedade e respectivas relações humanas.

Indicam Alves e Santos (2014) que frente às transformações do capitalismo no presente século, as Ciências Sociais precisam modernizar suas metodologias e técnicas de pesquisa, para continuar exercendo sua crítica social. Nesta perspectiva, o desafio do pesquisador social é manipular os instrumentos metodológicos disponíveis, sem olvidar das possibilidades de criação e adaptação de novas técnicas ou triangulações das existentes.

Na pesquisa social não se pode ter um modelo pronto e acabado que se aplique em série para todas as situações. As ferramentas postas ao pesquisador devem inspirar sua criatividade,

pois em um mundo social, caracterizado pela dinâmica, se tudo muda constantemente, também devem variar as maneiras de olhar os fenômenos (ALVES; SANTOS, 2014).

Relata Duarte (2002) que tão importante quanto os resultados da pesquisa é mostrar o processo que permitiu a realização dos achados. É informar o material do qual se baseou os argumentos, de onde foram coletados os dados e com que enfoque foram analisados. A eleição dos instrumentos é que conduzirão às conclusões das pesquisas e interpretação dos resultados. Portanto, mais que uma formalidade, a indicação da metodologia proporciona que outros pesquisadores refaçam o caminho e avaliem as afirmações do pesquisador.

Entende-se por metodologia, segundo Minayo (1994, p.16) “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, que inclui as concepções teóricas de abordagem, as técnicas da construção da realidade e a criatividade do pesquisador. Todo problema de pesquisa advém de um problema prático, fruto do que é real, nele encontrando suas razões e objetivos.

Para Gohn (2005) o conhecimento produzido não é gerado a partir do zero. A pesquisa começa com uma reflexão, geralmente no senso comum, sobre o problema. A produção científica ocorre com a ruptura deste senso comum, trabalhando-o de forma crítica. Desta maneira, o que torna a

ciência necessária é o fato de a realidade não ser transparente, sendo que o uso de métodos científicos tornam os fatos mais compreensíveis.

O que dá o caráter crítico de uma pesquisa é o método empregado, pois sem ele não se faz pesquisa, eis que fornece as diretrizes gerais (GOHN, 2005). Com isso, as escolhas metodológicas para a investigação devem se ajustar ao objeto, por conta da sua complexidade, eis que é eminentemente interdisciplinar, em se tratado de Ciências Sociais.

## 1.4 Pesquisas denominadas “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento”

Tanto a produção de pesquisas conhecidas por “estado da arte” quanto “estado do conhecimento” servem para catalogar e refletir sobre uma determinada produção acadêmica em diversas áreas do conhecimento. Igualmente, ambas utilizam-se de metodologia com caráter pormenorizado e descritivo da produção acadêmica e científica acerca do tema investigado (FERREIRA, 2002).

A realização de estado da arte possibilita enxergar um balanço da pesquisa de uma determinada área. Pode-se compreender como está sendo a produção do conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado,

artigos de periódicos e publicações. Isso permite examinar, dentre outros aspectos, as ênfases e temas abordados nas pesquisas, os referenciais teóricos utilizados e as contribuições da pesquisa para mudanças e inovações (ROMANOWSKI, 2002).

Partindo de um estudo de estado da arte ou de conhecimento, o pesquisador fica atento sobre o que está prevalecendo e as tendências atuais das produções acadêmicas e científicas. Com essa perspectiva, o pesquisador pode enxergar lacunas e deficiências. Neste sentido:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39).

A diferença entre “estado da arte” e “estado do conhecimento” reside no número de setores

das publicações acerca do tema. Na primeira, denominada “estado da arte”, a pesquisa refere-se aos estudos feitos por uma organização de dados, quando abarcam toda uma área do conhecimento, em seus mais diversos aspectos de produções. Portanto, abrange tanto as dissertações e teses, quanto as produções em congressos e publicações em periódicos da área. No segundo tipo de pesquisa, “estado do conhecimento”, o estudo alcança apenas um setor das publicações sobre o tema (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Na pesquisa conhecida como “estado do conhecimento” deve ser eleito um setor de publicações para estudo. Após, deve ser utilizada uma metodologia específica para a construção do estado do conhecimento. Por exemplo, pode ser feito um mapeamento da produção científica e o levantamento documental, a leitura dos resumos e das referências bibliográficas dos trabalhos escolhidos, bem como a leitura flutuante destes mesmos trabalhos.

Esmiuçando, pode-se trilhar o seguinte caminho: a) localização dos trabalhos; b) fixação de critérios para a seleção do material que compõe o *corpus* do estado do conhecimento; c) coleta do material de pesquisa disponibilizada eletronicamente; d) leitura das publicações com uma prévia redação de síntese das ideias, considerando o tema, área do conhecimento, metodologias, e autores citados; a relação entre

o pesquisador e a área; e) organização do estudo através da junção das redações das sínteses das ideias, e f) análise e confecção das considerações e conclusões. Esse percurso é uma adaptação daquele proposto por Romanowski (2002) quando tratava do estudo do estado da arte.

Tomando por base os trabalhos catalogados, o pesquisador se deparará envolto em dois momentos distintos, conforme enumera Ferreira (2002). No primeiro, a interação com a produção acadêmica, de forma objetiva, através de dados concretos localizados nas indicações bibliográficas. Num segundo momento, a interação de forma subjetiva, com o inventário dessa produção, buscando tendências, escolhas metodológicas e teóricas.

Esse contato próximo com as produções possibilita verificar não somente os resumos, como uma única fonte, mas também o acesso aos trabalhos na íntegra, para ter uma noção mais ampla do todo. Assim se revela a importância do estudo do estado da arte e do conhecimento, pois consegue enxergar como o objeto de estudo vem sendo tratado pelos cientistas, nas suas mais diversas formas.



## 1.5 Cronograma de atividades

Por certo, qualquer pesquisa implicará em organização de tempo, uma vez que se desenvolve em várias etapas. A principal função do cronograma de atividade é indicar a sequência e as datas em que serão executadas as ações relativas à pesquisa. Sem esse gráfico, corre-se o risco de não realizar a pesquisa em tempo oportuno (PESCUMA; CASTILHO, 2008).

O cronograma abaixo, numa representação conhecida como gráfico de Gantt, é constituído por linhas, que indicam as fases da pesquisa, e por colunas, que indicam o tempo previsto (GIL, 2002).

Poderia ser dividida da seguinte forma, por exemplo:

### **Um ano de pesquisa**

<u>Atividades do 1º semestre de pesquisa</u>	Fev 2021	Mar 2021	Abr 2021	Mai 2021	Jun 2021	Jul 2021
Levantamento bibliográfico	X	X				
Reelaboração do Projeto			X	X		
Submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa					X	
Grupo Focal, transcrição e análise				X	X	
Entrevista, transcrição e análise					X	X
<u>Atividades do 2º semestre de pesquisa</u>	Ago 2021	Set 2021	Out 2021	Nov 2021	Dez 2021	Jan 2021
Redação dos capítulos do trabalho	X	X	X			
Entrega ao orientador		X	X			
Redação final do trabalho			X	X		
Impressão, cópias e encadernação				X		
Entrega do trabalho					X	
Apresentação Pública e Defesa					X	X

Existem outras formas de organização das atividades de pesquisa. O gráfico acima é apenas uma ilustração, cabendo a cada pesquisador elaborar o seu, de forma que mais se encaixe a sua realidade e forma de condução da pesquisa.



## 2. METODOLOGIAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O segundo capítulo aborda algumas questões metodológicas, essenciais em todas as pesquisas.

Tratou-se de trazer a diferença entre pesquisa quantitativa e qualitativa, demonstrando que ambas são tão importantes e revelam dados do objeto de estudo em seus diversos aspectos.

Depois foi a vez de dizer sobre uma pesquisa exploratória como forma de enxergar o objeto e traçar o delineamento, também chamado de *design* da pesquisa.

Expôs-se as diferenças entre pesquisa bibliográfica e documental, muito comum em estudos teóricos, e presentes em quase todas as pesquisas científicas.

Para conhecimento nesta obra, escolheu-se discorrer sobre as metodologias de Grupo Focal, Entrevistas, Análise de Conteúdo e Triangulação de Métodos. Contudo, não se olvida que muitas outras são possíveis e igualmente importantes em Ciências Sociais.

## 2.1 Pesquisa qualitativa e quantitativa

Por mais que se queira padronizar técnicas, há que se ter em mente a ideia defendida por Mills (2009), de considerar a investigação um “artesanato intelectual”, em que o artesão tece passo a passo e usa sua criatividade com base nas ferramentas de que dispõe.

Alerta Cervi (2009) que antes de definir a técnica é preciso delimitar o objeto, uma vez que a partir dele verificar-se se uma pesquisa quantitativa ou qualitativa será mais adequada. Em outras palavras, a pesquisa quantitativa deve ser usada quando o que se quer medir no objeto já é conhecido, senão é recomendável o uso de técnicas qualitativas, que servem para estudos exploratórios dos objetos.

Os métodos quantitativos são apropriados para estudar características do objeto pesquisa que, sabe-se, existem, ao passo que os métodos qualitativos devem ser usados quando a pesquisa busca entender características do objeto que não se sabe se existem, porém, não há pesquisa social produtiva que utilize com exclusividade técnicas quantitativas ou qualitativas. Sendo assim, o que determina o predomínio dos métodos a serem utilizados é o objetivo principal

da pesquisa e o grau de conhecimento prévio que já exista a respeito do objeto em análise (CERVI, 2009).

Continua dizendo Cervi (2009) que a pesquisa quantitativa liga descobertas sobre padrões de comportamento social com inferências em teorias sociais já existentes. Assim sendo, a pesquisa quantitativa visa contar numericamente as características dos fatos sociais, enquanto que a pesquisa qualitativa classifica os aspectos do objeto de análise.

Minayo (1994) diz que muitos autores combinam métodos quantitativos e qualitativos com a finalidade de fornecer uma base mais robusta para interpretação e validação dos resultados. Sob essa perspectiva, as duas abordagens não são opostas, mas sim complementares, pois a realidade estudada interage de forma dinâmica, excluía qualquer bipartição.

Na ótica de Cervi (2009) o cruzamento entre as técnicas se faz imperiosa, eis que impossível fazer pesquisa científica exclusivamente quanti ou qualitativa. Aduz que para quantificar qualquer coisa é preciso ter uma classificação ou definição compartilhada a respeito dessas características. Destaca que as técnicas mais usadas na pesquisa quantitativa são o experimento de campo, a pesquisa descritiva e a pesquisa exploratória.

A pesquisa exploratória aplica-se aos objetos pouco detalhados na literatura, ou seja, serve para medição e descrição de fenômenos sociais que não foram analisados por muitos cientistas e carecem de mais estudos. Independente da técnica de coleta, a análise quantitativa depende do uso de métodos estatísticos para ver frequências, correlações, associações e causalidades (CERVI, 2009).

De outro lado, a pesquisa qualitativa, não baseada em expressões numéricas, serve para correlacionar os dados advindos de múltiplas fontes e garantir a veracidade dos achados, dando significado a eles (DESLANDES, 1994). Os dados precisam estar conjugados a uma matriz teórica prévia.

Segundo Martins e Theóphilo (2005) as técnicas qualitativas já se iniciam com o trabalho de campo, quando o pesquisador, à medida que coleta informações, também organiza o material, procurando identificar padrões entre eles. Num segundo momento, esses padrões são reavaliados, e o pesquisador faz a análise da congruência das questões formuladas inicialmente. Portanto, na pesquisa qualitativa, coleta e análise ocorrem simultaneamente.

A pesquisa qualitativa exige habilidade e atenção do pesquisador, sob pena de encerrar a coleta de dados com um acúmulo de informações irrelevantes. À vista disso, Martins e Theóphilo (2005) indicam que o pesquisador deve formular



questões que articulem a teoria do estudo com os dados da realidade, a fim de sistematizar a coleta e facilitar a análise dos dados. Aliado a isso, deve ter uma boa revisão da literatura para comparar as descobertas, e traçar mais adequadamente o rumo da pesquisa. Enfim, fazer observações ao longo da coleta para relacionar as variáveis que se encontrou no estudo do objeto.

Feito todo esse trabalho surgem as categorias descritivas, alicerçadas na base teórica da investigação. De acordo com Gohn (2005), categorias são elementos do sistema que estruturam o conhecimento científico, eis que orientam o pensamento para procura da solução dos novos problemas científicos e facilitam a organização do campo. Esses dados categorizados são utilizados para formar ideias mais amplas.

No que toca ao quadro referencial teórico, Gohn (2005) informa que deve orientar o pesquisador em linhas gerais sobre as teorias, conceitos, categorias e metodologias. Concerne ao ato de citar outros autores que já pesquisaram o tema, assim como de apontar os conceitos que se utilizam, uma vez que cada teoria e seus conceitos têm raízes em algum paradigma.

um bom quadro referencial teórico é aquele que permite desenvolver um percurso que seja o fio condutor da pesquisa, ele sugere e lança luzes sobre as aplicações. Um

problema de investigação só se explica se estiver relacionado ao referencial teórico que o gerou (GOHN, 2005, p.263).

Quanto à análise dos dados qualitativos, Martins e Theóphilo (2005) dizem que se dá em três atividades sequenciais: a quebra dos dados em unidades menores, depois reagrupamento em categorias que se relacionam entre si, e por fim, com a busca das conclusões, que identifica padrões, voltando-se às anotações de campo e à literatura, ou reproduzindo o achado em outro conjunto de dados.

Esquemáticamente podem ser visualizadas as diferenças entre as pesquisas de cunho qualitativo e de cunho quantitativo no Quadro 1.

## QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DOS PARADIGMAS QUALITATIVO E QUANTITATIVO

PARADIGMA QUALITATIVO	PARADIGMA QUANTITATIVO
1. Preferências por avaliações qualitativas.	1. Preferência por avaliações quantitativas.
2. Preocupado em entender, compreender e descrever os comportamentos humanos através de um quadro de referência.	2. Procura dos fatos e causa do fenômeno social, através de medições de variáveis.
3. Enfoque fenomenológico e enfoque dialético.	3. Enfoque lógico-positivista.
4. Sistemas de descrições não controladas, observação natural.	4. Sistemas de medições controladas.
5. Subjetivo: perspectiva interior perto dos dados.	5. Objetivo: perspectiva externa, distanciamento dos dados.
6. Profundo: orientado para a descoberta, exploratório, descritivo, indutivo.	6. Superficial, orientado para a verificação; reducionista, baseado na inferência hipotético-dedutiva.
7. Orientado para o processo.	7. Orientado para o resultado.
8. Holístico: visa a síntese.	8. Particularizado: visa a análise.

Fonte: MARTINS, THEÓPHILO, 2005, p. 141.

No aspecto da validação da pesquisa qualitativa, apontam Martins e Theóphilo (2005) que a consistência se verifica por meio da conjugação detalhada entre elementos teóricos e os achados da pesquisa. Geralmente faz-se uso da triangulação de métodos, que consiste em empregar métodos diferentes de coleta dos dados e comparar os resultados.

A pesquisa científica deve objetivar revelar algumas, das várias, facetas do objeto de estudo, jamais pretendendo esgotá-lo. Desta forma, um bom recorte temporal e espacial se faz necessário para cumprir com essa função de olhar o objeto e extrair dele os dados necessários para seu estudo.

## 2.2 Pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória pode se dar através de levantamento bibliográfico, com o objetivo de manter maior proximidade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. O planejamento deste tipo de pesquisa é bastante maleável, permitindo considerar vários aspectos do objeto estudado (GIL, 2002).

No estudo exploratório são feitos os levantamentos bibliográficos, o levantamento de hipóteses e os objetivos são traçados. Com isso a pesquisa exploratória contribui para

uma aproximação da realidade que se pretende conhecer quanto para o domínio teórico. Um estudo exploratório faz compreender a lógica e as categorias que estruturam a teoria, permitindo um olhar sobre o fenômeno estudado (BOURGUIGNON; OLIVEIRA JUNIOR; SGARBIERO, 2012).

Segundo Gil (2002) a classificação das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é útil para o estabelecimento de seu marco teórico, porém para comparar a teoria com os dados coletados é imperioso traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa, chamado de delineamento. Trata-se da técnica adotada para a coleta de dados, podendo ser de dois grandes grupos: aqueles oriundos das chamadas fontes de papel, como a pesquisa bibliográfica e a documental, e aqueles em que os dados são fornecidos por pessoas, tal qual a pesquisa experimental, o levantamento e o estudo de caso.

Em inglês, o delineamento é chamado de *design* e cuida da discussão sobre os aspectos técnicos da pesquisa. Por vezes é associado apenas às pesquisas com planejamentos rígidos, como nas ciências naturais, então, no contexto das Ciências Sociais, Martins e Theóphilo (2005) utilizam a expressão estratégias de pesquisa para referir-se às maneiras de trabalhar com os dados.

Os delineamentos são muito diferentes entre si, dependendo da escolha da estratégia de pesquisa resultará num ângulo diferente de como

abordar o objeto. Dizem Martins e Theóphilo (2005) que cada planejamento de pesquisa fornece um ponto de vista distinto do mundo social.

Para condução da pesquisa deve o pesquisador eleger as estratégias de pesquisas – delineamentos. A título de exemplo, pode escolher a pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo, justapostas através da triangulação de métodos. A bibliográfica aponta como o tema está sendo abordado cientificamente, de maneira ampla. Por sua vez, a documental possibilita coletar dados relacionados ao objeto. Enquanto que a análise de conteúdo oportuniza retirar as inferências do interior de seus textos. Finalmente, a triangulação de métodos propicia olhar a realidade por diversos ângulos, com sucessivas aproximações.

### 2.3 Pesquisa *bibliográfica*

É a pesquisa básica e essencial para a atividade científica, eis que busca a construção da plataforma teórica, explicando e discutindo o assunto, tema ou problema, lastreado em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, sites, anais de congressos e outros meios de divulgação. Relaciona-se à pesquisa que visa conhecer, analisar ou explicar certo fenômeno (MARTINS; THEÓPHILO, 2005).

Explica Gil (2002) que este tipo de pesquisa usa materiais já elaborados, sendo que quase todas as pesquisas exigem trabalho dessa natureza, inclusive alguns são feitos exclusivamente por esta forma. Constituem fontes bibliográficas, principalmente os livros e artigos científicos<sup>2</sup>.

Os livros científicos, de diversas áreas do conhecimento podem compor o suporte para a investigação, mostrando o objeto de forma ampla. Em seguida, as publicações periódicas científicas, como artigos publicados em revistas e anais de congresso, fornecem visão atualizada do objeto, revelando as tendências de abordagem mais recentes dados pelos cientistas. Por fim, pode-se usar do conteúdo de teses e dissertações selecionadas sobre o tema proposto, os quais darão a feição do que se propõe estudar.

---

2 Os livros podem ser de leitura corrente (abrangem as obras de diversos gêneros literários e as obras de divulgação do conhecimento científico ou técnico) ou de leitura de referência (objetiva a rápida obtenção das informações, subdividindo-se em livros de referência informativa, que contém a informação que se busca, tais como dicionários, enciclopédias e outros, e livros de referência remissiva, que remetem a outras fontes como catálogos. As publicações periódicas são os jornais e revistas, editadas em fascículos, escrito por vários autores e tratando de assuntos diversos, embora relacionados a um objetivo (Gil, 2002).

FIGURA 1 – EXEMPLO DE USO DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS



Fonte: A autora.

A escolha das fontes bibliográficas pode ser representada em formato de pirâmide, mostrando em sua base (livros), aquilo que dá o suporte para a pesquisa e a tendência inicial de qualquer pesquisa. O conteúdo intermediário (publicações periódicas) baliza o conhecimento prévio com o que se terá em níveis mais aprofundados de estudo, sendo que a passagem de um grau para o outro se deu nesta escalada. Finalmente, o topo da pirâmide (teses e dissertações) representa o último estágio da coleta das fontes bibliográficas, na medida em que é sustentado nas duas fases anteriores para compreender o objeto pesquisado.



A revisão de literatura é extremamente importante num trabalho científico, podendo ela mesma constituir uma pesquisa, de acordo com Luna (1999). Para ele a revisão de literatura pode assumir alguns objetivos<sup>3</sup>, citando: estado da arte, revisão teórica, revisão de pesquisa empírica e revisão histórica.

O estado da arte descreve o estado atual de uma dada área de pesquisa, suas descobertas e lacunas. A revisão teórica localiza um problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. A pesquisa empírica explica como o problema vem sendo pesquisado, especialmente no seu aspecto metodológico. Finalmente, a revisão histórica, recupera a evolução de um conceito, área ou tema (LUNA, 1999).

Na ótica de Gil (2002) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é de fornecer ao pesquisador uma ampla visão do fenômeno, eis que os dados podem estar centralizados na bibliografia adequada. A importância também se revela em estudos históricos, eis que muitas vezes, não há outra forma de conhecer o passado.

3 “O termo ‘objetivo’ foi empregado, aqui, cuidadosa e deliberadamente. Qualquer tentativa de elaborar uma taxonomia de tipos de revisão de literatura cairia no erro de falar sobre abstrações, uma vez que, na prática, há uma considerável sobreposição entre vários ‘tipos’. Então, parece preferível falar em objetivos, já que assim se estabelece um critério mais facilmente identificável na intenção do autor” (LUNA, 1999, p.82).

Relativamente à maneira de fazer a pesquisa bibliográfica, por brevidade, reporta-se aos informes de Martins e Theóphilo (2005). Dizem que após definido o tema, inicia-se com a seleção do material de pesquisa, consultando obras de referência. Em seguida, começa a tomada de apontamentos, distinguindo o essencial do acessório, fazendo de maneira precisa e apta a ser consultada rapidamente a fonte original.

Após este processo, explicam Martins e Theóphilo (2005) que deve ser feito um resumo do texto, redigido em paráfrase, com outras palavras, sem mudar o significado dado pelo autor. Citações são bem-vindas, pois fortalecem o trabalho com as transcrições de trechos. Alertam que deve haver mais paráfrases que citações, cuidando para não citar obviedades que já integram o senso comum.

## 2.4 Pesquisa documental

Este tipo de pesquisa se utiliza de documentos como fonte de dados, informações e evidências. Os documentos podem ser: diários, arquivos, gravações, fotografias, filmes, mapas e outros (MARTINS; THEÓPHILO, 2005).

Para Gil (2002) as vantagens da pesquisa documental são que os documentos constituem fonte rica e estável de dados, aliado ao baixo custo de pesquisa, pois exige apenas disponibilidade de

tempo do pesquisador. Não requer contato com os sujeitos da pesquisa, que geralmente é difícil ou até impossível.

A principal diferença entre pesquisa bibliográfica e de documentos, segundo Martins e Theóphilo (2005), está na natureza das fontes. Aquela usa fontes secundárias, materiais transcritos de outras publicações, enquanto que a segunda utiliza fontes primárias, materiais agrupados pelo próprio pesquisador, que ainda não analisados, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Com pensamento diverso, Gil (2002) diz que não resta nítida a distinção entre elas, pois o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, uma vez que boa parte das fontes consultadas nas pesquisas documentais pode ser considerada fontes bibliográficas. Desse modo, a pesquisa bibliográfica seria um tipo de pesquisa documental.

## 2.5 Grupo focal

As metodologias de base qualitativas não se baseiam em critérios numéricos para garantir a representatividade (DESLANDES, 1994). Neste tipo de pesquisa, a quantidade é apenas qualidade do que é real

O dado tem que ser traduzido, explicado, pois, fechado em si, o dado nada revela (MARCUSE, 1978, *apud* GOHN, 2005). A pesquisa qualitativa serve para cruzar as diferentes fontes e dar significado para isso.

Inicialmente deve-se fechar o universo de pesquisa, delimitando o espaço e tempo que se pretende pesquisar. Depois, apontam-se os prováveis sujeitos de pesquisa, eis que numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado de início (DUARTE, 2002).

Pela metodologia do grupo focal são reunidos um grupo de pessoas para discutir um determinado tema, a partir de sua experiência pessoal. Essa troca de experiências em grupo oferece boa oportunidade para desenvolvimento de teorizações em campo, o que não é possível com o preenchimento de questionários, por exemplo (GATTI, 2005).

A composição do grupo focal pode ser homogênea ou heterogênea. Gatti (2005, p. 18) explica que “por homogeneidade, entende-se aqui alguma característica comum aos participantes que interesse ao estudo do problema”.

A sessão de grupo focal deve ter um tempo máximo para ocorrer, e um espaço apropriado, de preferência um lugar neutro, o qual não influenciará

as percepções do grupo. Nos primeiros minutos da sessão devem ser feitas a introdução, com a apresentação do moderador e do observador, os quais falarão do objeto e objetivos da pesquisa. Na sequência, eles devem entregar o termo de livre consentimento para assinatura, bem como pedir autorização para fotografar, filmar e gravar a sessão, esclarecendo que o pedido de exclusão do grupo é livre e feita a qualquer tempo.

Ultrapassada essa primeira fase, deve ser feita uma dinâmica para que todos os sujeitos se apresentem, com duração de dez minutos. Então, passará ao conjunto do debate em grupo, aproximando-se mais dos objetivos, pegando uma afirmação inicial do grupo e jogando para os demais falarem, formando uma fala sequencial.

No encerramento, deve ser exposto ao grupo focal o que foi mais falado, levantando as principais diferenças do que surgiu no grupo, sendo que o moderador não colocará suas opiniões pessoais sobre as respostas.

Antes da análise dos dados, preferencialmente, deve ocorrer a transcrição, colocando o que foi falado e a autoria. Possivelmente, com essas transcrições haverá o surgimento de novas categorias de pesquisa.

Finalizado o grupo focal pode surgir a necessidade de realizar outra metodologia, por exemplo, a entrevista individual com aquele

participante mais ativo do grupo ou que tenha opiniões e conhecimentos interessantes ao objeto de estudo.

## 2.6 Entrevistas

Realizar entrevistas é algo complexo e exige experiência de campo e pré-testes. Por mais que se saiba, hipoteticamente, aquilo que se está buscando, é difícil encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de não induzir as respostas, ter controle das expressões corporais, evitando gestos, tais como de aprovação, rejeição, desconfiança e dúvida. Ao entrevistar, o pesquisador sempre tem que estar alerta aos seus objetivos, escutando que é dito, refletindo sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado (DUARTE, 2002).

Na entrevista individual devem ser selecionados os sujeitos aptos. Essa aptidão se refere as suas qualidades de compreensão sobre o tema, a capacidade de se expressar e o grau de objetivação acerca do assunto.

As perguntas podem ser formuladas perguntas, por exemplo, no seio de uma entrevista estruturada, semiestruturada ou livre. Na primeira, as perguntas são pré-determinadas e fechadas, não há maleabilidade para o pesquisador

e nem para o sujeito entrevistado. Na última, entrevista livre, a conversa é fluida e as perguntas não são fechadas.

Observa-se que em geral, as pesquisas sociais têm preferência pela entrevista semiestruturada, nas quais existem perguntas prefixadas, mas que há margens para outras perguntas. Segundo Queiroz (1998 *apud* DUARTE, 2002) trata-se de coleta de dados que supõe conversação continuada entre o informante e pesquisador, dirigida por este de acordo com seus objetivos.

A técnica da entrevista semiestrutura permite ao entrevistador levar um conjunto de questões predefinidas, agindo como um norte, mas que não ditam como a entrevista transcorrerá. Isso dá liberdade para serem inseridas outras questões, as quais surjam no decorrer da entrevista.

Tal qual no observado na metodologia do grupo focal, em sede de entrevista individual haverá as fases de apresentações iniciais, explicação dos motivos da pesquisa e conversa inicial. Após a sua realização, tem a fase de transcrição das entrevistas.

Caso se verifique, como resultado das entrevistas, a emergência de novas categorias, essas poderão ser objetos de outras metodologias.

Por fim, vale lembrar que o entrevistado, ao aceitar o convite, tem noção de que detém um conhecimento importante para ser compartilhado

com o outro. Bourdieu (1999 *apud* SILVA 2012) destaca que é importante que o entrevistado e o entrevistador tenham o mesmo nível de linguagem, não podendo o entrevistador se colocar numa posição superior de saber. Caso isso ocorra, o entrevistado pode se sentir constrangido em não fornecer informações, dificultando a conversa.

## 2.7 *Análise de conteúdo*

Depois de todas essas coletas chega o momento da análise do conteúdo, que se constitui em várias técnicas que possibilitam a descrição das mensagens atreladas ao contexto da enunciação e a realização das inferências sobre os dados coletados.

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Como ilustrado na sua definição, existem mais de uma técnica para analisar o conteúdo das mensagens. O ponto de partida da análise de



conteúdo, segundo Franco (2008) é a mensagem, que pode ser verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. As mensagens mostram a dinâmica entre o sujeito e o objeto do conhecimento, através das suas representações mentais. À vista disso, verifica-se que a emissão de mensagens está ligada às condições circunstanciais de seus autores.

Uma das técnicas é da análise temática ou categorial, que segundo Bardin (1977) descobre os núcleos de sentidos que compõem a comunicação, cuja regularidade de aparição significa algo para o objetivo da pesquisa. A análise temática é formal por conta do nascedouro positivista da análise de conteúdo tradicional. Todavia, as variantes no tratamento dos resultados dão o atributo qualitativo, e não somente inferências estatísticas, leiam-se quantitativas.

Reparte-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Na pré-análise que se determinam os recortes, a forma de categorizar, a unidade de registro (palavra-chave), unidade de contexto (delimitação do contexto), a modalidade de codificação e os conceitos teóricos que nortearão o estudo. Escolhe-se os documentos que serão examinados, através de leitura flutuante, que é o contato com o material. Depois, há a constituição do *corpus*, organizando o material selecionado para que possa formar um conjunto de categorias,

encerrando com a formulação de hipóteses e objetivos (MINAYO, 2000).

A segunda etapa da análise temática ou categorial é a exploração do material, em que se dá a operação de codificação dos dados brutos, buscando atingir a compreensão do texto.

Finalmente, o tratamento dos resultados e interpretação encerram a análise temática ou categorial. Para Minayo (2000) é o momento em que o pesquisador propõe inferências e realiza interpretações, lastreado em seu quadro teórico.

Visualiza-se que a análise de conteúdo possibilita extrair inferências do conteúdo das mensagens. A técnica da análise temática ou categorial checa a frequência de aparição de alguma coisa para o objetivo da pesquisa, tomando em consideração o texto de forma global, conforme ensina Bardin (1977).

## 2.8 *Triangulação de métodos*

Em Ciências Sociais, a realidade precisa ser vista através de aproximações sucessivas aos fenômenos, buscando visualizar suas inúmeras facetas. Nessa medida, a triangulação de métodos aparece como uma metodologia singular a permitir uma abordagem interdisciplinar dos fenômenos. Ainda, possibilita aflorar respostas

congruentes quando se trabalha com um diálogo entre pesquisas quanti-qualitativa (FERREIRA; SCHIMANSKI; BOURGUIGNON, 2012).

A adoção do recurso metodológico da triangulação de métodos poderia corroborar, entre si, os achados nos delineamentos (estratégia de pesquisa) utilizados. No exemplo outrora citado seriam as pesquisas bibliográfica, documental e análise de conteúdo.

Duarte (2009) diz que os métodos qualitativos e os quantitativos podem se entrelaçar numa pesquisa e essa combinação pode se dar simultânea ou consecutivamente. Desta forma, nada obsta, por exemplo, que os arranjos metodológicos bibliográficos e documental, referentes ao plano teórico de estudo, aconteçam ao mesmo tempo. Quanto à análise de conteúdo e a triangulação dos métodos isso pode ocorrer posteriormente, depois de explorado teoricamente o objeto. Ou seja, as combinações podem ocorrer a qualquer momento, não sendo preciso que se deem ao mesmo tempo.

Para a execução adequada da pesquisa, todos os passos metodológicos são cruciais, precisando ser planejados, a fim de dar o devido encaminhamento à pesquisa, principalmente quando envolvem a triangulação. Isto porque, a triangulação, que se dá por vários procedimentos de coleta, propicia estancar as deficiências de alguns instrumentos de coleta, ao mesmo tempo em que consegue extrair o que há de melhor

de cada um deles (FERREIRA; SCHIMANSKI; BOURGUIGNON, 2012).

Neste sentido, Denzin (*apud* DUARTE, 2009) argumenta que a pesquisa ganha maior validade quando a hipótese tem a possibilidade de ser avaliada por mais de um método. Portanto, a triangulação reforça a necessária credibilidade dos dados obtidos na pesquisa.

Ao expor o caminho de pesquisa, o pesquisador consegue justificar o modo de construção daquele conhecimento.

### 3. CIÊNCIAS SOCIAIS E EPISTEMOLOGIA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS

O terceiro capítulo inaugura a questão epistemológica desta obra, através de aproximações prévias e necessárias com as Ciências Sociais.

Faz-se um apanhado sobre o que é o conhecimento e quais são os conhecimentos aceitos e taxados como possíveis e justificáveis.

Depois discorre-se sobre as Perspectivas de um estudo epistemológico.

Na mesma medida, é abordada a questão da importância das Ciências Sociais na contemporaneidade. Traz à lume a distinção entre Ciências Sociais e Ciências Naturais. Aponta os aspectos essenciais das Ciências Sociais e faz uma reflexão sobre suas características marcantes: a interdisciplinaridade e complexidade.

#### 3.1 *Conhecimento: a base da epistemologia*

Traçadas essas primeiras observações metodológicas, passa-se a fase de tratamento dos resultados obtidos, cujas interpretações devem

estar alicerçadas em alguma epistemologia, a qual estuda a produção dos conhecimentos, sob várias óticas, como a linguística, sociológica, ideológica e outras. “*Daí seu caráter interdisciplinar*” (JAPIASSU, 1992, p. 39).

A epistemologia tem por objeto o estudo das condições que possibilitam fornecer a legitimidade, valor e limites do conhecimento científico. Segundo Japiassu (1992) existem grandes correntes epistemológicas, cada uma procurando entender e explicar a atividade científica, pode-se citar, a título de ilustração, a epistemologia lógica (K. Popper); a epistemologia genética (J. Piaget) e a epistemologia histórico-crítica (Bachelard e Foucault).

Sob a ótica de Hessen (1999) a filosofia, ciência, arte e religião formam os domínios culturais. Assim, a teoria do conhecimento é uma interpretação e uma explicação filosófica do conhecimento humano, situando-se dentro da filosofia. Ao comparar a filosofia com os outros domínios culturais a sua essência é o conhecimento da totalidade, um ponto de vista universal, cabendo ao filósofo conhecer e saber, mantendo uma postura intelectual.

Na arte e religião a amarra comum com a filosofia é o objeto, criando interpretações da realidade, uma visão de mundo. O que as diferencia é a origem dessa visão de mundo. Na filosofia a origem advém de um conhecimento racional e deseja a validade universal. Por sua vez, na religião

a visão de mundo está alicerçada na fé e fatores subjetivos ligados à experiência de Deus. Na arte, a visão de mundo que o artista reproduz surge da sua experiência de vida e intuição. Com a ciência, a filosofia tem em comum o caráter teórico, mas se distancia pelo objeto. Aquela se ocupa apenas de uma parte da realidade como objeto, com uma visão dirigida a um recorte e domínios parciais da realidade, enquanto a filosofia enxerga o objeto como um todo (HESSEN, 1999).

Sistematizando de outra maneira, Japiassu (1992) divide os saberes em especulativos e em científicos. O termo saber possui um sentido mais amplo que o termo ciência. Aquela designa o saber racional, constituído pela filosofia e o saber crente ou religioso, constituído pela teologia, os quais não podem ser considerados ciências, por serem especulativos. Por outro lado, existe a ciência, que não é especulativa, tais quais as matemáticas.

Japiassu (1992) insere o conceito de epistemologia de maneira ampla e flexível, considerando como o estudo regrado e crítico do saber, avaliando sua organização, formação, desenvolvimento, funcionamento e produtos. Pode designar: uma teoria do conhecimento, a origem e a estrutura das ciências, uma análise lógica da linguagem científica ou as condições de produção dos conhecimentos científicos.

Elenca Japiassu (1992) que a epistemologia pode ser dividida em cinco espécies. A

primeira é a epistemologia global, que trata do saber globalmente considerado, quer sejam especulativos (filosofia e teologia) ou científicos (matemáticas, empíricas e positivas). A segunda é a epistemologia particular, trata apenas de um campo do saber, seja este especulativo ou científico.

Depois, como terceira espécie, vem a epistemologia específica, leva em conta uma disciplina, constituída em uma unidade bem definida do saber. Como quarta espécie, também, fala em epistemologia interna, que consiste na análise crítica dos procedimentos de conhecimento que ela utiliza, visando estabelecer os fundamentos desta disciplina (JAPIASSU, 1992).

Por fim, a quinta espécie é a epistemologia derivada, visa analisar a natureza dos procedimentos de conhecimento de uma ciência, não para fornecer um fundamento, mas para saber como esta forma de conhecimento é possível e para determinar a parte que cabe ao sujeito e a que cabe ao objeto (JAPIASSU, 1992).

Argumenta Blanché (1988) que a fronteira que separa a epistemologia de outras disciplinas é difícil de ser traçada, porque os problemas que ela abrange estão situados para além desses limites. Cita a distinção da epistemologia com a teoria do conhecimento, a filosofia, a metodologia e com a ciência do homem.



Na primeira distinção, entre epistemologia e teoria do conhecimento, tem-se uma separação teórica e estabelecimento de uma relação gênero (esta) e espécie (aquela). Para Blanché (1988) é um jogo verbal sem significado cognitivo, ante a falta de um substantivo capaz de conceber a expressão ‘teoria do conhecimento’. Logo, a substituição pela palavra ‘epistemologia’ se apresenta mais cômoda.

Com a filosofia, a distinção da epistemologia, segundo Blanché (1988) é mais difícil de ser verificada, pela elasticidade da expressão filosofia. Afirma que a epistemologia é uma parte da filosofia e está mais próxima da ciência, situando-se no intermédio entre ciência e filosofia, por vezes, invadindo os limites uma da outra.

Em seu turno, metodologia e epistemologia são dificilmente dissociáveis. Explica Blanché (1988) que antes a diferença entre elas se situava na lógica. Enquanto o estudo dos métodos científicos era objeto da metodologia e fazia parte da lógica, a epistemologia fazia o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das ciências. Ocorre que a reflexão epistemológica surge das crises, quando métodos mais avançados superam métodos anteriores. Conclui que a análise dos métodos científicos integra a epistemologia, tal qual a metodologia.

Por fim, Blanché (1988) aponta que a diferença da epistemologia com a ciência do

homem é que esta fornece àquela um dos seus objetos. Assim, não se deve limitar a epistemologia para a análise da linguagem científica e nem se classificar a epistemologia entre as ciências do homem, colocando-a no mesmo plano em que se encontram algumas das ciências que ela tem como objeto.

Para Dutra (2010) as teorias do conhecimento versam sobre o conhecimento proposicional, isto é, sobre crenças ou opiniões, por exemplo os fatos empíricos e científicos. Nestes casos, têm-se conhecimentos prontos, mas a epistemologia quer encontrar uma forma de justificá-lo, eis que nem todos esses fatos são aceitáveis. Para mostrar sua aceitabilidade, uma teoria do conhecimento deve explicar de que maneira o saber proposicional pode ser justificado, ou sustentado de maneira convincente e imune a críticas razoáveis.

Nota-se que Hessen (1999), Japiassu (1992), Blanché (1988) e Dutra (2010) demonstram, a sua maneira, os tipos de conhecimento classificáveis para a realidade humana, não existindo uma exclusividade epistemológica, por assim dizer, de qual conhecimento seja melhor e prevalente. Afinal, todos são conhecimentos, cada qual com sua peculiar característica.

## 3.2 Perspectivas gerais sobre a epistemologia

Epistemologia significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme), e na filosofia estão os seus princípios e na ciência o seu objeto. Apesar de aparentar ser um termo antigo, surgiu no século XIX e se desenvolveu fortemente no século XX com a História das Ciências e da Filosofia (JAPIASSU, 1992).

O vocábulo foi perdendo o seu sentido amplo, de teoria do conhecimento, para ganhar uma acepção mais estrita, de estudo metódico da ciência, ao mesmo tempo, em que alguns filósofos usaram a palavra para designar, de forma ampla, o estudo dos saberes, especulativos e científicos (CASTAÑON, 2007).

Desta maneira, para evitar a confusão conceitual, Castañon (2007) propõe chamar de Epistemologia tudo o que se refere ao conhecimento, no seu sentido mais amplo, sendo o estudo global dos métodos, história, critérios, funcionamento, e organização do conhecimento sistemático, seja ela especulativo ou científico.

No sentido mais estrito da palavra epistemologia, Castañon (2007) nomina de Filosofia da Ciência, o estudo sistemático do conhecimento científico. Finalmente, designa

como Teoria do Conhecimento a disciplina que estuda as condições de existência de todo e qualquer conhecimento, não apenas o científico. Conclui que estudar epistemologia é uma forma segura de conhecer aspectos da realidade.

Japiassu (1992) explicita que a epistemologia é a filosofia das ciências com um sentido mais preciso, eis que estuda criticamente os princípios, hipóteses e resultados das ciências, tendo por objetivo determinar a origem lógica das ciências, seu valor e alcance. Portanto, a epistemologia não é propriamente dita, o estudo dos métodos científicos, os quais pertencem à metodologia. Tampouco, não é a síntese ou antecipação das leis científicas.

Para deixar claro o conteúdo da epistemologia, Japiassu (1992) mostra sua importância em relação a outras quatro disciplinas: filosofia das ciências, história das ciências, psicologia das ciências e sociologia do conhecimento. A iniciar pela filosofia das ciências, indica que por trás de qualquer abordagem epistemológica está uma tradição filosófica, ou seja, grandes filósofos foram teóricos do conhecimento.

Quanto à história das ciências, Japiassu (1992) diz que compete à epistemologia distinguir a história dos conhecimentos científicos superados e a dos que continuam atuais, sendo que a diferença entre o historiador das ciências e o epistemólogo é que aquele procede das origens

para o presente, enquanto o segundo procede do presente para o passado, de modo que só uma parte daquilo que era considerado ciência pode ser justificado cientificamente na atualidade.

No que toca à psicologia das ciências, Japiassu (1992) indica que é preciso formular uma concepção construtivista da aquisição dos conhecimentos, perguntando-se como se desenvolvem os conhecimentos.

Enfim, na sociologia do conhecimento, Japiassu (1992) elenca que sua função é estabelecer a ruptura entre o saber comum e o saber científico, mostrando as condições sociais que tornaram possível a descontinuidade desses saberes, evidenciando em momento se deu a interrupção entre os saberes.

Conclui Japiassu (1992) que o conceito de epistemologia não é unívoco, podendo ser empregado de modo flexível. Não pretende ser dogmático, dizendo o que deve ser chamado de científico. Seu papel é estudar a gênese e a estrutura dos conhecimentos científicos, de forma interdisciplinar, na medida em que estuda a produção dos conhecimentos do ponto de vista lógico, sociológico, ideológico e outros.

Blanché (1988) diz que a palavra epistemologia significa literalmente a teoria da ciência e apareceu nos dicionários franceses em 1906, no suplemento do Larousse ilustrado,

sendo uma palavra nova e de conteúdo recente. Seu batismo se deve ao fato de que naquela época começaram a ser questionados os princípios da ciência clássica (newtoniana), desenvolvendo, então, um movimento de crítica das ciências. Portanto, através da junção entre a abrangência da ciência e a reflexão filosófica, a epistemologia surgiu como disciplina original.

Segue Blanché (1988) dizendo que não se deve classificar a epistemologia entre uma epistemologia científica e outra filosófica, mas sim entre epistemologia interna e obrigatória e epistemologia externa e facultativa. A primeira (interna e obrigatória) diz respeito ao processo de pesquisa, em que o cientista faz epistemologia sem querer e quase sem saber. Por sua vez, a segunda (externa e facultativa) é mais filosófica, ligada a ideia de fim e não apenas de meio.

Uma segunda maneira de abordar a epistemologia, de acordo com Blanché (1988) é o interesse sobre a ciência contemporânea no que diz respeito a sua formação e ao seu desenvolvimento, considerando seu ponto de vista evolutivo. O autor divide entre os métodos de análise direta e métodos genéticos.

Para a análise direta, não se considera a dimensão temporal, e sim como a ciência se revela na atualidade, fazendo uso do empirismo lógico. Contudo, para se entender o presente, fundamental é recorrer ao passado, sendo imperiosa uma

análise histórico-crítico, agrupando por datas e circunstâncias de aparecimento, os elementos que constituem os princípios da ciência. De outra banda, a epistemologia genética considera a ciência como um processo ligado a processos experimentais, não como um estado inato do indivíduo (BLANCHÉ, 1988).

De acordo com Gamboa (2007) epistemologia significa literalmente teoria da ciência, a qual é reconhecida como meta-ciência, ou seja, um estudo que vem da prática e que tem por objeto a mesma, interrogando-a, sobre seus princípios, fundamentos, métodos, resultados e critérios de validade, a partir de um conhecimento mais amplo, como a teoria do conhecimento e a filosofia. À vista disso, apesar de referir-se ao conhecimento científico, o termo epistemologia tem uma ampliação de sentido, porque se situa num campo comum entre filosofia e a ciência.

Gamboa (2007) compartilha do pensamento de Blanché (1988), no sentido de que a produção do conhecimento científico resulta da articulação de conteúdos lógicos e histórico-sociais, os quais lhe dão unidade de sentido. Tal unidade não se apresenta fixa ou acabada, pois obedece a um processo de produção e de gênese, razão pela qual o lógico não pode estar separado do histórico.

Para Badaró (2005) epistemologia significa, genericamente, estudo da ciência. É uma palavra de origem grega e usada em dois sentidos:

estudo da origem e valor do conhecimento em geral (sinônimo de gnosiologia ou crítica) ou para significar o estudo das ciências (físicas e humanas), dos princípios sobre os quais se fundam, dos critérios de verificação e de verdade, do valor dos sistemas científicos.

Expostos esses diversos posicionamentos sobre o que é a epistemologia advoga-se a tese, defendida por Gamboa (2007) de que o pesquisador deve ter consciência do uso de uma teoria do conhecimento em sua pesquisa. Quando se produz um conhecimento, constrói-se uma relação entre um sujeito e um objeto, logo o pesquisador deve sempre lembrar qual teoria do conhecimento embasa sua pesquisa.

### *3.3 Ciências sociais na contemporaneidade e sua interdisciplinaridade*

#### **3.3.1 A fragmentação da ciência: ciências sociais e ciências naturais**

Ao tratar sobre Epistemologia faz-se necessário discutir questões relacionadas à ciência. Afinal, se pensamos em uma teoria da ciência, no campo das Ciências Sociais, como forma de supor estudos interdisciplinares, precisamos estabelecer pontos de análise.



Iniciamos questionando: Seria a ciência uma só, ou existem diversas ciências? Seifert (2008) diz que a resposta depende. Do ponto de vista histórico, as ciências seriam uma só, eis que na Grécia Antiga, a filosofia abrangia todas as formas de conhecimento, e as ciências, que atualmente tem nomes diferentes, faziam parte da filosofia.

Sob a ótica da utilização de um método com sucesso em determinada área do conhecimento, Seifert(2008) assinala a existência de várias ciências e seriam as ciências naturais reconhecidas como de grande sucesso, uma vez que nos últimos três séculos conseguiram resolver problemas, através de refinamento, universalidade, profundidade e clareza metodológica. Por outro lado, as Ciências Sociais e Humanas seriam tidas como de pouco prestígio, por conta da diversidade de teorias propostas e o desentendimento metodológico daqueles que as praticam.

Para Maldonado (2014) a classificação das ciências corresponde ao espírito da modernidade, segundo a qual a realidade é dualista (alma-corpo, homem-natureza, cultura-tecnologia, humanidades-ciência, ciências naturais - ciências sociais e assim por diante). Explica que as Ciências Sociais e Humanas nasceram após o desenvolvimento das ciências naturais, permanecendo durante muito tempo à sombra de suas aspirações, linguagem, métodos e abordagens. Consequentemente, o prestígio, a

confiança e a solidez das ciências naturais foram maiores que das Ciências Sociais e Humanas.

O motivo da comparação entre as ciências se deve à natureza dedutiva ou hipotético-dedutiva das teorias das ciências naturais e, por resultado, a posse de um aparato matemático sólido. Por conta disso, a Economia aspirou, por muito tempo, ser a mais científica das Ciências Sociais e Humanas, na medida em que conseguia incorporar um aparelho matematicamente consistente (MALDONADO, 2014).

Consoante Posada (2007) o momento histórico que definitivamente configurou a ciência, separando-a da filosofia, foi o período moderno, quando cientistas ou filósofos (a verdade, neste momento, dificilmente dá para notar distinção entre filósofos e cientistas) como Galileu e Newton renunciaram à mera especulação metafísica, ponderando argumento que incluía evidência empírica e organização e sistematização sob a linguagem matemática. Então, a ciência foi configurada como o saber justificado pela observação, também sistematizada pela estrutura matemática, que permite quantificação e previsão de seus objetos de estudo.

No que toca à ligação com a filosofia, Maldonado (2014) aponta que a distância entre Ciências Sociais e Humanas e filosofia é menor que em relação a filosofia e as ciências naturais. Isso ocorre devido ao fato de que as ciências

naturais nascem com a disposição expressa de rejeição e distanciamento em relação à filosofia, chamada de metafísica, com pretensões de dar conta de responder aos problemas do mundo, sem se socorrer de recursos ou princípios metafísicos.

Por outro lado, as Ciências Sociais e Humanas nascem tendo como referência imediata o modelo naturalista, particularmente a física newtoniana, e apenas indiretamente a discussão daqueles com filosofia e metafísica. Essa é a razão do menor distanciamento com a filosofia (MALDONADO, 2014).

Expressando a rejeição da uniformização parcial de todas as ciências, Pimenta (2005) indica que cada ciência, independente do grau de fragmentação, tem um conjunto de características que devem ser estudadas em si mesmo, mas admite que todas elas possuem algumas características em comum.

Segundo Pimenta (2005), a ciência resulta da organização dos enunciados depois de uma construção cognitiva que ultrapassa o conhecimento espontâneo de um dado período histórico. Destarte, diz o autor que cada objeto enseja uma ciência, e haverá tantos objetos científicos quantas as organizações dos enunciados científicos. Adverte que qualquer classificação das ciências, apesar de cômoda, pode revelar imperfeições e ser limitador no que tange a observância, por todas as ciências, das mesmas metodologias, procedimentos ou validações.

Um último alerta, Pimenta (2005) diz que é anticientífica qualquer tentativa de hierarquização do grau de cientificidade das diversas ciências. Não precisa só das ciências naturais e nem só das Ciências Sociais, mas de todos os conhecimentos inter-relacionados. Portanto, incorreto dizer que determinada ciência é mais científica que outra. Sendo assim, precisamos considerar que a ciência tem uma perspectiva plural, e seu entendimento deve ser objeto de reflexão e discussão, especialmente em estudos que com foco teórico e epistemológico.

### **3.3.2. As Ciências Sociais: aspectos essenciais**

A importância das Ciências Sociais e Humanas é que elas falam sobre os interesses da sociedade, sobre a comunidade da qual pertencem, do sentido de identidade e os fins que podem ou não serem alcançados, sempre relacionando as pessoas no contexto da sociedade e cultura (MALDONADO, 2014).

Mesmo diante da importância de seu objeto de estudo, permanece como se fosse uma obrigação perguntar pela sua cientificidade. Posada (2007) diz que a disputa da natureza científica das Ciências Sociais pode ser evitada através da análise do conceito de ciência adotado pelo

Ocidente, com isso as características que deve ter um discurso assumido como científico. Considera intolerável a exclusão de certos conhecimentos do campo científico pelo simples fato de não terem determinadas características, isto porque a ciência é apenas um nome, que nada possui de definitivo, cuja missão é entender a dinâmica da realidade.

Quanto ao estatuto da cientificidade, Japiassu (1994) argumenta que classificar as ciências constitui uma necessidade epistemológica, porque pode haver a ideia de hierarquia entre as disciplinas, na qual algumas são valorizadas e prestigiadas, enquanto outras são relegadas ao domínio do não-científico ou de uma ciência duvidosa. Aduz que a ciência, por muito tempo, foi entendida como a forma de conhecimento que pretendia se apropriar da realidade, explicá-lo de forma objetiva e estabelecer entre os fenômenos relações universais, prevendo resultados.

Até o século XIX as Ciências Sociais e Humanas estavam ligadas a Filosofia, porque não poderia haver uma ciência do homem, momento em que os cientistas apregoavam que somente aquilo que podia ser comprovado matematicamente e validado pela experimentação podia ser chamado de ciência. Contudo, a partir do final do século XIX se passa a considerar a possibilidade de uma ciência do homem, uma visão antropocêntrica do mundo (JAPIASSU, 1994).

No século XIX o homem passa a ser sujeito das ciências, mas emergindo de uma mentalidade naturalista. Enquanto ser vivo pertence a um mundo regido por leis biológicas e enquanto ser falante está inserido na cultura. Com a chegada do século XX e o advento do positivismo é que se questiona quem é esse homem, procurando estudar cientificamente a coletividade humana, ainda que atrelado ao modelo das ciências naturais (mecanicista).

Na mesma trilha, Posada (2007) indica que o Ocidente, até início do século XX, chamava de ciência o saber justificado pela evidência empírica (observação), sistematizada pela linguagem matemática, que permitia quantificar seus objetos. Esse conceito perdurou até quando um grupo de filósofos e cientistas, o chamado Círculo de Viena, estabeleceu os critérios que distinguiriam o conhecimento científico da pseudociência. Seriam científicas as teorias que satisfizessem as seguintes condições: justificação e testes empíricos, expressáveis em linguagens quantificáveis e, finalmente, aquelas que em virtude de sua sistematização, permitem predizer. Vejam que são critérios muito similares ao esboçado anteriormente.

As humanidades não estão excluídas do campo da ciência. Segundo Posada (2007) o tipo de conhecimento que se constrói, tanto das Ciências Sociais quanto das ciências naturais,

tem como objeto de estudo os fatos que existem no mundo, só que as propriedades dos fatos de estudo são diferentes. Sugere, então, que há uma distinção ontológica dos objetos. Os objetos de estudo das Ciências Sociais - chamados de fatos sociais - dependem do acordo humano, enquanto que os objetos de estudo das ciências naturais não dependem dos seres humanos.

Existe uma realidade socialmente construída, que é o objeto de estudo das Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, há uma realidade apartada das decisões ou crenças dos indivíduos, que é objetiva. Portanto, são dois tipos de realidades, melhor expressando, dois tipos de ontologia: a ontologia dos fatos sociais e ontologia dos fatos brutos (POSADA, 2007).

Ilustra Posada (2007) que a partir desta distinção, podem-se enfrentar outras duas questões que colocam em xeque as Ciências Sociais sob a acusação da impossibilidade do conhecimento objetivo ser alcançado. Trata-se da subjetividade e relativismo. As Ciências Sociais inevitavelmente se compõem do subjetivismo, porque os fatos sociais dependem das crenças, das culturas e modos de representação. Igualmente, é relativista, porque considera as coisas a partir dos acordos humanos e das convenções sociais.

Tecendo explicações a esse respeito, Japiassu (1994) revela que os fenômenos humanos são valorativos, porque precisam ser explicados a partir

de um quadro de normas e valores. Mesmo sendo os valores o fundamento das Ciências Sociais e Humanas, isso não os exime de um conhecimento objetivo, porque o discurso científico não formula juízos de valor.

Inclusive, Japiassu (1994) diz que a questão dos valores é responsável por estabelecer a fronteira entre as ciências naturais, que explicam seus fenômenos, e as Ciências Sociais e Humanas, que compreendem os seus próprios valores. É o sujeito participando do seu objeto de conhecimento.

O erro decisivo que faz as Ciências Sociais parecerem uma disciplina mergulhada na subjetividade e relativismo, segundo Posada (2007) consiste em não saber diferenciar o epistemológico com o ontológico. A epistemologia estuda os modos de conhecimento, e estes são basicamente referidos através dos juízos. Então, do epistemológico haverá juízos que são subjetivos e outros que são objetivos. Os juízos epistemológicos subjetivos são aqueles que dependem de atitudes ou motivações do emissor, enquanto que os juízos epistemológicos objetivos independem do emissor.

Continuando, Posada (2007) explica que o ontológico segue aos modos de existência das coisas, que podem ser subjetivas ou objetivas. Os modos de existência das coisas ontologicamente subjetivas são aquelas que dependem das pessoas,



por exemplo, o dinheiro como um fato social depende dos sujeitos. Por sua vez, os modos de existência ontologicamente objetivos são aqueles que não dependem dos sujeitos, por exemplo, um pedaço de papel. Se todas as pessoas do mundo desaparecessem, o papel continuaria a existir.

A confusão categórica sobre as Ciências Sociais se dá quando considera ontologicamente subjetivo fatos sociais como algo epistemicamente subjetivo. Os fatos sociais são ontologicamente subjetivos, eis que dependem dos sujeitos. Mas isso não quer dizer que seus julgamentos também são subjetivos (epistemicamente subjetivas). Pode-se referir objetivamente aos fatos sociais, ou seja, proceder a juízos objetivos que não dependem das motivações, desejos ou atitudes do pesquisador para determinar sua verdade (epistemicamente objetivo).

Conclui-se que a pesquisa em Ciências Sociais é objetiva, eis que faz um julgamento epistêmico objetivo, independente da vontade do pesquisador que descreve um fato que é ontologicamente subjetivo. No caso em estudo, o modo de existência (ontologia) da Justiça Restaurativa lastreada nos Direitos Humanos depende de como os sujeitos se apropriam desse modelo de justiça, mas o julgamento do modo de conhecimento (epistemologia) se dá de maneira objetiva.

### **3.3.3 A interdisciplinaridade e complexidade**

O conhecimento científico é imperfeito, pois fechado em si, não permite se levar por outros saberes. Aliado a isso, está a segmentação em disciplinas trazendo efeitos negativos. Desta forma, o melhor campo para reagrupar os conhecimentos é o das Ciências Sociais, por conta de sua inerente interdisciplinaridade.

Pimenta (2005) utiliza a terminologia abrangente para definir interdisciplinaridade, contudo faz três reparos: a) são situações diferentes a interdisciplinaridade entre disciplinas que estão em processo de separação, e entre disciplinas que já são autônomas; b) a disciplinaridade não resulta apenas de práticas internas para a produção científica, faz-se presente, também, a relação de força social de cooperação e conflitos entre práticas sociais e práticas científicas; c) o cerne da interdisciplinaridade é a reconstrução do objeto científico.

A interdisciplinaridade pode manifestar-se de forma diferente, conforme o conjunto das ciências que se considera, contudo tem que respeitar a especificidade de cada um dos aspectos e não ter receio de aceitar as suas problemáticas. Pimenta (2005) elenca três ângulos de visão da interdisciplinaridade: metodologia de aquisição de conhecimentos, de transmissão de conhecimentos e suporte de ações.

Como processo de aquisição do conhecimento, a interdisciplinaridade abarca um conjunto de especialistas, com formação disciplinar, visando atingir novos conhecimentos científicos, tendo como fundamental a veracidade dos resultados obtidos. Sob o ângulo do processo de transmissão de conhecimentos, a preocupação é de que receptor dos conhecimentos tenha capacidade de articular saberes obtendo uma formação científica e cultural mais integrada, tendo por fundamental a integração dos saberes transmitidos. Finalmente, como suporte de ações, a interdisciplinaridade é a conjugação de saberes para se encontrar as formas mais adequadas de intervenção, a preocupação reside na combinação de conhecimentos já existentes, o fundamental é a eficácia da ação desencadeada.

A abordagem de Pimenta (2005) privilegia a interdisciplinaridade enquanto processo de aquisição de conhecimentos. Para ele, na pesquisa científica, a interdisciplinaridade resulta da complementaridade dos objetos de conhecimento da realidade. Tais objetos do conhecimento são diversificados e podem ser agrupados segundo diversos critérios, exemplificando uma classificação útil é a do conhecimento científico. Assim uma parte do objeto do conhecimento é constituído pelo conjunto dos objetos científicos, cuja maioria são disciplinares, mas alguns serão interdisciplinares – este são, por vezes, uma

fase transitória no caminho para novos objetos disciplinares.

Afirma Pimenta (2005) que não tem como haver interdisciplinaridade sem a disciplinaridade, e que em certos momentos da história a especialização é mais importante. Na atualidade, transparece que a interdisciplinaridade assume maior destaque, por conta da natureza dos problemas que a ciência tem se deparado, que clamam por soluções compostas de diversas áreas do conhecimento.

A história é cíclica, na fase de predomínio da interdisciplinaridade permanecerá havendo a disciplinaridade, sem que se possa atribuir superioridade ou inferioridade a qualquer uma delas. O espírito essencial da interdisciplinaridade é a reconstrução do objeto científico (PIMENTA, 2005). Com isso, pode o mesmo objeto científico ser examinado por diversas ciências.

Igualmente importante está a perspectiva da complexidade, segundo a qual, somente com a pluralidade de olhares poderá haver o melhor tipo de abordagem ao objeto. O atual modo de conhecimento desune os objetos entre si, repartindo-os. Desta forma, Morin (2012) diz ser necessária a reforma do pensamento, trocando aquele que segrega por um pensamento que une, capaz de enxergar o todo.

Morin (2012) propõe que é possível considerar a complexidade de maneira não redutora da realidade, devendo haver uma conscientização ampla, trocando o paradigma que reduz, pelo paradigma que amplia e integra o conhecimento,

Caminhando no mesmo sentido, Salles Filho (2016) diz que é preciso encontrar pontos de equilíbrio nas contradições, pois a essência das coisas é complexa. Enfrentar as incertezas pressupõe o reconhecimento da complexidade, abrindo-se a novas opções, ampliando horizontes argumentativos e explicativos.

O pensamento complexo abrange incertezas, mas é compreendido dentro de um sistema organizado, dialógico, combinando ordem e de desordem, que por trás da complexidade, acabam por se diluir, momento em que as distinções desaparecem (MORIN, 2012).

Tomando consciência da multidimensionalidade dos fenômenos percebe-se que a complexidade é diferente da completude. Visões parciais e fragmentadas da realidade são pobres, porque não abrangem o todo.

A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, considera que há uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica de outro, uma realidade demográfica de outro etc. Acredita-se que essas categorias criadas

pelas universidades sejam realidades, mas esquece-se que no econômico, por exemplo, há as necessidades e os desejos humanos. Atrás do dinheiro, há todo um mundo de paixões, há a psicologia humana. Mesmo nos fenômenos econômicos *stricto sensu* atuam os fenômenos de multidão, os fenômenos ditos de pânico, como se viu recentemente ainda em Wall Street e em outros lugares. A dimensão econômica contém as outras dimensões e não se pode compreender nenhuma realidade de modo unidimensional (MORIN, 2015, p. 68-69).

Morin (2015) propõe três princípios para pensar a complexidade: dialógico (a realidade é dual: conflito/consenso, ordem/desordem), recursão organizacional (somos ao mesmo tempo produtos e produtores) e hologramático (o todo está na parte, que está no todo).

Pesquisar em Ciências Sociais requer reconhecer a complexidade do movimento, pois, como dito anteriormente, não é de atingir a completude do objeto, mas sim de ampliar a consciência dessa incompletude.

Nesse sentido, considerar o objeto de estudo à luz da interdisciplinaridade e complexidade enriquece a abordagem, demonstrando suas várias facetas interconectadas, visualizando o objeto numa perspectiva mais ampla.

## 4. CORRENTES EPISTEMOLÓGICAS

Finalizando esta obra, é o momento de apresentar, em linhas gerais, sobre a abordagem epistemológica de alguns autores de Ciências Sociais, a fim de visualizar a relação sujeito-objeto, neutralidade científica, critérios de verdade e senso comum, articulando com o objeto de investigação em suas respectivas vertentes.

A partir de todas as considerações até aqui expostas tem-se que a cientificidade não se dá pela teoria, mas sim pelo método, o qual consegue indicar como trabalhar os dados. Enfim, é o método que dá o critério de verdade da ciência.

Fica evidente a salutar importância de se ter fixado em todas as pesquisas, de modo claro e preciso, qual teoria do conhecimento o pesquisador se filia, pois é o quadro epistemológico que indica o método e permite enxergar como se dá leitura da realidade.

Elegeu-se 10 (dez) autores para serem ilustrados, sem esquecer que existem outros diversos autores, de igual prestígio e técnica. Todavia, ante o objetivo da obra, optou-se em não se alongar em outras correntes epistemológicas.

## 4.1. Thomas Kuhn

O primeiro autor estudado é o estadunidense Thomas Samuel Kuhn (1922-1996), influente filósofo da ciência do século XX, eis que seu livro “A Estrutura das Revoluções Científicas” é um dos livros acadêmicos mais citados de todos os tempos (MENDONÇA, 2012). Isto se deve ao fato de que ele questionou a visão fechada do progresso científico como sendo a acumulação gradual do conhecimento.

Sua concepção de ciência é dividida em dois momentos: ciência normal e ciência extraordinária. A ciência normal é o momento de acumulação científica, em que os cientistas concordam entre si, fornecendo conceitos que falam uma mesma linguagem. Por sua vez, a ciência extraordinária é o momento do desenvolvimento de um novo paradigma, uma nova linguagem. Troca o quadro referencial de conceitos, para buscar uma definição melhor dos fenômenos que estão sendo estudados.

Um paradigma é um modelo ou padrão aceito para tratar dos fenômenos (KUHN, 1998, p.43), sendo que adquirem seu *status* porque são mais bem-sucedidos, comparados a seus competidores, na resolução de problemas que os cientistas reconhecem como graves. As funções do paradigma é de fornecer quebra-cabeças para que



os cientistas resolvam, bem como as ferramentas para sua solução.

A pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma. Resolver um problema é alcançar o antecipado de uma nova maneira. Isso requer a solução de todo o tipo de complexos quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos. (KUHN, 1998, 59)

Ocorre que em certos momentos da história, não é possível que os conceitos deem conta de explicar os fenômenos que surgem. Ex Copérnico e a necessidade de reforma do calendário, surgindo a teoria heliocêntrica (KUHN, 1998, p. 97). Portanto, quando um fenômeno destoa dos conceitos que se estava utilizando, ele permite que se observe o problema com mais cuidado, é o que Thomas Kuhn chama de “anomalia científica”. Essa consciência da anomalia inaugura um período no qual as categorias conceituais são adaptadas até que o que inicialmente era considerado anômalo se converta no esperado (1998, p. 78). Nesse momento completa-se a descoberta (KUHN, 1998, p. 91).

Os traços de todas as descobertas das quais emergem novos paradigmas são: a) a consciência prévia da anomalia; b) o reconhecimento da descoberta tanto no plano conceitual como no plano da observação e c) a consequente mudança das categorias e procedimentos paradigmáticos — mudança muitas vezes acompanhada por

resistência (KUHN, 1998, p. 89). Qualquer tentativa de datar a descoberta será arbitrária, pois a descoberta de um novo tipo de fenômeno é necessariamente um acontecimento complexo, que envolve o reconhecimento tanto da existência de algo, como de sua natureza (KUHN, 1998, p.81).

A partir da consciência das anomalias, quando a comunidade científica verifica que elas não mais se encaixam no referencial teórico, ou seja, é perdida a capacidade do paradigma de resolver quebra-cabeças, surge o momento de crise na ciência. É necessário buscar outros paradigmas que possam responder melhor aos questionamentos.

O avanço na mudança de paradigmas somente é possível porque algumas crenças ou procedimentos anteriormente aceitos foram descartados e, simultaneamente, substituídos por outros (KUHN, 1998, p. 93). Extrai-se que o significado das crises consiste, exatamente, no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos (KUHN, 1998, p. 105). Esse é o momento extraordinário.

Nesta medida, o momento extraordinário é entendido como aquele ponto em que toda comunidade científica está criando hipóteses de investigação para criação de um novo quadro referencial. Embora o mundo não mude com uma mudança de paradigma, depois dela o cientista trabalha em um mundo diferente. Não importa o

que o cientista possa então ver, após a revolução o cientista ainda está olhando para o mesmo mundo.

Kuhn indica que “revoluções científicas são aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (1998, p. 125). Quando essas novas hipóteses tiverem aceitação pela comunidade, deixarão de utilizar aquele paradigma que servia como modelo e passa usar novo modelo. Significa que a ciência se revolucionou.

## 4.2 Karl Popper

O segundo autor estudado é Karl Raimund Popper, que escreveu o primeiro volume de seu livro em 1932, tendo levado à discussão pelos integrantes do Círculo de Viena. Com a aprovação de seus pares, houve a publicação em 1934 do livro “Logik der Forschung” (A Lógica da Pesquisa Científica).

Popper inicia sua colocação afirmando que a tarefa da lógica da pesquisa científica é proporcionar uma análise lógica desse processo, ou seja, analisar o método das ciências empíricas (POPPER, 1975, p.27). Critica duramente o método indutivo e propõe construir a lógica do processo de conhecimento através da falseabilidade.

O método indutivo, no qual os filósofos empiristas se utilizavam para produção científica, consiste na construção da verdade a partir de uma série de enunciados particulares e termina com o encontro do conhecimento universal, depois de repetidas constatações no mundo empírico (POPPER, 1975, p.41). Ocorre que é preciso saber se as inferências indutivas se justificam, e também em que condições elas se justificam. Exemplifica: “independente de quantos cisnes brancos são observados, esse número nunca será suficiente para podermos concluir absolutamente que *todos* os cisnes são brancos” (POPPER, 1975, p. 28). Assim, qualquer cisne de outra cor, invalidaria completamente a teoria.

Opondo-se frontalmente às tentativas de utilizar a lógica indutiva, Popper cria a teoria do método dedutivo de prova, na qual uma hipótese só admite ser científica após haver sido formulada (POPPER, 1975, p.30). Neste método, toda a teoria científica é conjectural, ela faz parte de um determinado momento, de certas condições que levam os cientistas a refletir (POPPER, 1975, p.33). Desta forma, nunca trazem a verdade absoluta, mas ampliam o olhar quanto à verdade.

A busca do conhecimento não se dá a partir da simples observação de fatos e conclusão de enunciados. No método hipotético-dedutivo o cientista formula uma hipótese geral da qual se deduzem consequências que permitem a

possibilidade de uma experiência. Da nova ideia formulada conjecturalmente, e ainda não justificada, pode-se retirar conclusões por meio de dedução lógica. Tais conclusões são comparadas entre si e com outros enunciados existentes, de modo a descobrir as relações lógicas (POPPER, 1975, p.33).

Assim sendo, Popper sugere construir a lógica do processo de conhecimento através da falseabilidade, em que as hipóteses da ciência podem ser falseadas a qualquer momento (1975, p.42). O filósofo em estudo parte da premissa de que a construção de uma teoria parte de uma hipótese científica, sendo que a partir dos testes de falseabilidade verifica-se se aquela hipótese faz sentido, se ela pode ser validada ou não.

Quanto aos critérios de objetividade e subjetividade, o autor esclarece que Kant foi o primeiro a reconhecer a objetividade dos enunciados científicos, com o uso de hipóteses e enunciados universais (POPPER, 1975, p.47). Popper advoga a ideia de que a experiência subjetiva ou sentimento de convicção jamais pode justificar um enunciado científico (1975, p. 48). Em suma, os enunciados científicos devem ser objetivos, referindo-se à base empírica igualmente objetiva, podendo ser suscetíveis de teste intersubjetivo. Isto quer dizer que não pode haver enunciados definitivos em ciência, eles devem ser suscetíveis de testes, de refutação pelo falseamento (POPPER, 1975, p.49).

Só se reconheceria um sistema como científico, se passível de ser tomado como critério de demarcação a falseabilidade, em contraponto a verificabilidade (POPPER, 1975, p.82). Ressaltava que só com a falseabilidade é possível chegar perto da verdade, frise-se, que a verdade absoluta não existe, o que há é um conhecimento provisional, temporário. Diz o autor: “A exigência de objetividade científica torna inevitável que todo enunciado científico permaneça provisório para sempre” (1975, p.308)

Popper finaliza a obra aduzindo que a ciência não avança pelo fato de se acumularem experiências ao longo do tempo, ou de se fazer melhor o uso dos sentidos. (POPPER, 1975, p. 306). Há progresso científico quando se avança a um objetivo remoto, mas atingível, sujeitando os problemas novos a respostas, sempre provisórias, que podem ser testadas e renovadas sempre com mais rigor (POPPER, 1975, p. 308). Quanto mais uma teoria consegue resistir aos erros, mesmo dando condição aos cientistas de que esses erros apareçam, mas é uma teoria segura. Mais é uma teoria consistente.

### 4.3 Michel Foucault

Michel Foucault coloca que as Ciências Humanas não são uma análise do que o homem é por natureza, mas sim o que é em sua positividade:

como vive, trabalha, fala, etc. Ele deixa claro que o homem é a sua própria historicidade, sendo que a identidade é construída por sua relação com o mundo num certo momento. Extrai-se que o sujeito para Foucault está em processo de construção pelas relações de poder e discurso, dentro de um determinado período histórico e depende do meio em que está inserido (FOUCAULT, 2002).

O método de produção de ciência em Foucault é histórico, ele chama de *a priori* histórico e o arquivo. Numa determinada época, deve-se recortar a experiência de um saber possível, definir o modo de ser dos objetos e tecer olhares teóricos, definindo condições em que se pode enunciar um discurso verdadeiro. Por *arquivo* ele não abrange a totalidade dos textos que uma cultura guardou, através de testemunhos ou documentos, mas sim como todas as coisas que surgiram a partir do discurso, das quais não se pergunta a sua razão de existir (FOUCAULT, 2008).

A arqueologia do saber transparece a história, um saber não global, não linear e nem de significação comum. Essa arqueologia conhece a história dos objetos discursivos, relacionando-os às regras que permitem formá-los e que constituem suas condições de aparecimento (FOUCAULT, 2008).

Portanto, a arqueologia não define as representações ou temas de um grupo que se escondem ou aparecem nos discursos, mas

os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. O discurso não se revela pelo sentido das palavras, mas se desvenda através da estrutura e a prática subjacente que torna possível dizer aquilo. A história é o que o discurso pode revelar (FOUCAULT, 2008).

Igualmente, Foucault (2008) trabalha as relações de poder, tendo uma visão mais ampla, no sentido de que o poder é algo que se exerce, é dinâmico, descentralizado. Não existe um único centro de poder, porque não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Ao contrário, há micropoderes, que se ramificam, sendo inexistente um poder absoluto completo, uma vez que o poder está sempre em jogo. O autor não explica o que é poder, na medida em que isto só pode ser exercido, não se tem a sua posse. Conclui que não existem sociedades livres de relação de poder.

Quanto ao sujeito afirma que não é pré-determinado, mas sim construído pelas relações de poder, sendo categorizados através do discurso. A teoria foucaultiana trabalha com as relações de poder e como este poder pode ser usado de instrumento para o controle social através das instituições. Assim é possível classificar os sujeitos como loucos ou normais, e esse rótulo justifica tratamentos para quem está fora do padrão. Logo, o discurso é usado para exteriorizar o poder.



Conceitos atuais não são os mesmos conceitos de anos atrás, pois a verdade está dentro de um contexto. Veja que não se fala em verdade absoluta (dogmas), pois isso faz com que se restrinja a liberdade. Foucault (2002) analisa o discurso dos grupos, não como cruzamento de palavras, mas sim um conjunto de regras que definem os objetos.

#### 4.4 *Boaventura de Sousa Santos*

O português Boaventura de Sousa Santos (2007) critica as Ciências Sociais pelo fato de que as suas teorias foram produzidas por poucos países, e que estes são do eixo Norte. Então, tais teorias vieram exportadas para o Sul, mas não se adéquam a realidade social aqui vivenciada. Propõe uma reflexão epistemológica mais ampla, na medida em que a diversidade do mundo é muito maior que apenas sua compreensão na ótica ocidental e Norte.

Para Meneses e Santos (2010) a concepção da epistemologia positivista, dita clássica, indica que a ciência é apartada da cultura, todavia, é preciso conceber as tradições e costumes de cada povo, para uma visão mais abrangente do todo. Nesse sentido são as Epistemologias do Sul, em contraponto ao Norte, não entendido sob seu aspecto geográfico, mas sim como as

intervenções epistemológicas que obscureceram os conhecimentos do Sul. As Epistemologias do Sul valorizam e dão visibilidade aos conhecimentos que não desapareceram com o processo de colonização e expansão europeia.

Dessa forma, Sousa Santos (2007) explicita ser possível tecer um conhecimento científico objetivo, mas isso não significa que será neutro. Para ele objetividade e neutralidade são conceitos diferentes. Objetividade significa que existem metodologias próprias das Ciências Sociais para ter um conhecimento livre de verdades absolutas (dogmatismos). Ao mesmo tempo, por conta das grandes discrepâncias sociais entre os indivíduos, esses conhecimentos não são neutros.

A diversidade de formas de conhecimentos no mundo é incontável, sendo necessário reinventar as Ciências Sociais para extirpar as monoculturas impostas. Sousa Santos (2007) expõe a existência de cinco monoculturas: do saber e do rigor, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escala dominante e do produtivismo capitalista<sup>4</sup>.

4 Monocultura do tempo linear: a história tem direção única e que os países desenvolvidos são os mais avançados. Monocultura da naturalização das diferenças: a inferioridade das minorias decorre da própria natureza, e por isso a hierarquia é uma consequência de sua inferioridade. Monocultura da escala dominante: no ocidental chama-se de universalismo e globalização, da qual a realidade local é invisível e descartável em favor do global e universal. Monocultura do produtivismo capitalista: apenas o crescimento econômico determina a produtividade humana e da natureza (SOUSA SANTOS, 2007).

Destas formas de monoculturas reveladas, a que mais interessa ao objeto de estudo das Ciências Sociais é a monocultura do saber e do rigor. Baseia-se na premissa de que o único saber rigoroso é o científico. Com isso, desconsidera outras formas de conhecimento porque não estão alicerçadas em critérios, ditos científicos. Cita Sousa Santos (2007) que as práticas sociais baseadas em conhecimentos populares, indígenas, camponeses, por exemplo, ficam de fora do saber, porque não são considerados importantes ou rigorosos.

É preciso transcender o pensamento abissal, aquele que marca o ocidente, dividindo entre saberes visíveis e invisíveis, separando o mundo em deste lado da linha e do outro lado da linha. Pelo pensamento abissal o universo do outro lado da linha desaparece enquanto realidade, pois não reconhece a possibilidade da coexistência dos dois lados da linha (MENESES; SANTOS, 2010).

No campo do conhecimento, o pensamento abissal indica que a ciência é a única que pode promover a distinção entre o verdadeiro e o falso, em detrimento da filosofia e a teologia. Outros conhecimentos como os populares e indígenas, que não se encaixam como científicos, portanto do outro lado da linha, tornam-se invisíveis, passando a ser etiquetados como crenças, opiniões, magia, idolatria e outros (MENESES; SANTOS, 2010).

Finaliza Sousa Santos (2007) dizendo que outro lado da linha abrange inúmeras experiências

que foram desprezadas e somente com a vinda de um pensamento pós-abissal poderá haver o resgate dessas experiências. Prega que deve haver um diálogo horizontal entre todos os conhecimentos, denominado de ecologia de saberes, porque admite a diversidade de conhecimentos existentes.

## 4.5 Jürgen Habermas

A epistemologia de Habermas foi influenciada por diversos autores, o que lhe deu substrato para formular uma epistemologia crítica, cujo objetivo era mostrar que a verdadeira razão de ser da ciência não é o conhecimento em si, mas no poder nele embutido. O conhecimento está para servir os interesses que o orientam e o comandam (TESSER, 1994).

Habermas separa a sociedade em duas esferas, uma chamada de “Sistema” e outra de “Mundo da Vida”. No Sistema a ação dos indivíduos é estratégica, voltada ao sucesso individual. De outro lado, o Mundo da Vida é o momento da comunicação humana, em que os indivíduos compartilham suas opiniões, dotadas de verdade para os participantes daquele diálogo, estabelecendo o consenso (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013).

Com o desenvolvimento do capitalismo houve a colonização do Mundo da Vida pelo Sistema,

em especial pelos subsistemas Economia e Estado. Contudo, de alguma forma, o Mundo da Vida tenta frear os avanços dos subsistemas pela evolução da norma jurídica. Cita-se o exemplo do reconhecimento dos direitos coletivos (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013).

Argumenta Habermas (1982) que não existe neutralidade científica, contestando a ciência positivista, porque pesquisadores são participantes ativos do processo científicos, não apenas observadores alheios aos acontecimentos. A interpretação do cientista decorre de um agir, o qual é inerente à comunicação e à linguagem – então da sua teoria da ação comunicativa, o conhecimento não seria teórico, nem abstrato, mas algo que se refere à vontade e à ação humana.

A teoria da ação comunicativa consiste na habilidade dos indivíduos interagirem entre si dentro e fora de seus grupos, focados em atingir seus objetivos, de forma racional, priorizando as ações de natureza comunicativa, ou seja, de diálogo entre os diversos indivíduos. Desta forma, o Mundo da Vida torna-se um conceito complementar ao de ação comunicativa, pois essa comunicação ocorre dentro do Mundo a Vida. Os indivíduos da ação comunicativa procuram compreender a mensagem que o outro emite, visando chegar a um consenso sobre o que é discutido (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2013).

A democracia deve estar fundamentada no entendimento entre os indivíduos, o qual somente se dá quando cada um estiver disposto a ouvir e compreender o próximo. Os regimes democráticos permitem criar diálogos de participação entre as pessoas, estabelecendo consensos, fazendo com que o Sistema passe a trabalhar para o Mundo da Vida (GOUVEIA, 2016).

Indica Gouveia (2016) que estabelecendo diálogos entre as pessoas e as instituições de poder do Estado criam-se espaços de debates, impedindo sobreposição de um pelo outro. A comunicação visa chegar ao entendimento recíproco, usando do recurso discursivo.

As pretensões de verdade discutidas entre os indivíduos são levantadas em torno de uma controvérsia baseada em argumentos, sendo que ao mesmo tempo em que os interlocutores procuram convencer o outro das suas razões, também procuram aprender com o que o outro diz (HABERMAS, 2004).

## 4.6 Zygmunt Bauman

O pensamento de Bauman traduz a afirmação de que, nos tempos atuais, as relações entre os indivíduos se baseiam no desapego e provisoriedade gerando tempo de liberdade, mas

também insegurança (TFOUNI; SILVA, 2008). A esse processo de elevada individualização chama-se modernidade líquida.

O termo modernidade líquida é empregado como metáfora para ilustrar o estado de mudanças constantes das coisas, mostrando sua fluidez. O relacionamento com o outro é mercantilizado e marcado por frouxos laços de afeto, podendo ser desfeitos a qualquer descontento das partes (TFOUNI; SILVA, 2008). A modernidade líquida revela o estado temporário das relações sociais.

O que todas essas características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento”. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar

inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro (BAUMAN, 2001, p. 8).

A individualização é a marca registrada da modernidade líquida, sendo que a percepção da injustiça, em termos de valores humanos, foi uma troca de segurança por liberdade, leia-se de comunidade por individualidade. Com essa escolha, ganhou-se de um lado e perdeu-se de outro, na medida em que não é possível ter as duas coisas ao mesmo tempo, uma cede em favor da outra (BAUMAN, 2001).

Explica Bauman (2003) que com a individualização, os problemas são sofridos e vivenciados de forma solitária, inadequados à procura de soluções coletivas, havendo uma fragmentação da vida humana na ausência de uma base comunitária. Então, na troca de liberdade por segurança, o que prometia um aumento de felicidade, restringiu o propósito de vida e felicidade a tudo aquilo que acontece com cada um isoladamente.

Abandonado a coletividade das queixas, relata Bauman (2003) que desapareceram os grupos de referência, ante a grande individualização das relações, consequência é o aumento das diferenças de riqueza e renda, sem precedentes. A diferença profunda entre os ricos e os pobres se alastra entre as sociedades e dentro delas, em escala global e nacional.



Neste sentido, Bauman (2003) propõe que se deva reconhecer que as pessoas são todas interdependentes, na medida em que há tarefas que cada um pode enfrentar sozinho, porém outras que somente coletivamente é possível lidar. A comunidade serve para tecer em conjunto, interessada na responsabilidade em relação aos direitos iguais de todos e igual capacidade de defesa desses direitos.

#### 4.7 Pierre Bourdieu

Um dos teóricos mais notáveis da contemporaneidade, filósofo, antropólogo e sociólogo, Bourdieu seguia o paradigma do construtivismo estruturalista, que não negava a existência de estruturas, mas dizia que essas estruturas são vivenciadas pelos agentes a todo momento, na intenção de aceitá-las ou modificá-las (KOZICK; COELHO; ALMEIDA, 2013). Desta forma, o agente nasce numa formação social que lhe foi dada historicamente, sendo que a estrutura se impõe a ele, mas a relação entre os agentes possibilita mudar essa realidade.

Bourdieu (1989) apresenta uma série de conceitos, sendo o primeiro aqui destacado o *habitus*, que evidencia as capacidades criativas, ativas e inventivas do agente, um conhecimento adquirido e também incorporados pelo agente ao

longo do tempo. Essa noção rompe com o hábito, que não consegue exprimir tais capacidades. É uma forma de reação, mas que não seja possível reagir, oriunda de um conhecimento sem consciência, não precisa raciocinar para se orientar e nem se situar de maneira racional num determinado espaço.

um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente sem ação: tratava-se de chamar a ação para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *teses sobre Feuerbach*, o “lado activo” do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do “reflexo”, tinha abandonado (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Destaca-se o conceito de capital, que diferentemente da visão marxista, resumindo ao aspecto econômico, refere-se aos interesses específicos de um campo. Indicam Kozick; Coelho e Almeida (2013) que além do capital econômico (constituído pelos fatores de produção, renda, patrimônio e bens) pode ser também um capital cultural (conhecimentos transmitidos pela família

e escola); capital social (redes de relacionamento) e o capital simbólico (prestígio e honra).

Outro conceito importante é de campo, um lugar de lutas e de forças objetivas, em que os agentes inseridos estão em uma situação de potencial conflito, decorrente das relações que se estabelecem nesse espaço. Diz Bourdieu (1989) que a noção de campo funciona como um sinal de pensar o objeto de forma relacional e não apenas de forma isolada.

Campo não é algo fixo e rígido, ele se movimenta num espaço de multi posições e se caracteriza por conter agentes que possuem o mesmo *habitus*. Assim surgem vários campos, onde cada um tem objeto e princípios próprios. Neste estudo destaca-se o campo científico, local de luta concorrencial, em que não há neutralidade e nem desinteresse (KOZICK; COELHO e ALMEIDA, 2013).

A ciência deve recusar os saberes definitivos, pois está sempre em construção. Demonstram Kozick; Coelho e Almeida (2013) que a luta desse campo evidencia-se quando os possuidores do capital científico impõem uma definição de ciência que todos devem se submeter. Essa imposição é denominada de “violência simbólica”, e aquele que sofre a violência compreende-a como legítima. Então, surge o argumento da autoridade<sup>5</sup>, que se

5 O argumento de autoridade, gerador de violência simbólica é o mestre no campo da educação, o intelectual no campo científico, o crítico no campo da arte, o intérprete reconhecido

impõe pelo simples fato de ser reconhecido em um determinado campo.

A exemplo disso tem-se o campo jurídico, que é fechado e centralizador, vedando o compartilhamento na produção das decisões, recaindo a poucos essa tarefa. Isso legitima o exercício do poder simbólico e a violência intrínseca e velada.

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (nomos) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social. É com esta condição que se podem dar as razões quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas. (BOURDIEU, 1989, p. 212).

A solução pela epistemologia de Bourdieu seria de estimular a gestão compartilhada de resolução de conflitos, havendo a necessidade no campo jurídico (KOZICK; COELHO e ALMEIDA, 2013).

de uma abertura mais democrática, no sentido de maior participação dos envolvidos, do campo jurídico.

## 4.8 Émile Durkheim

Conhecido como pai da sociologia, Durkheim (2007) introduziu o conceito de fato social, que são modos de agir, de pensar e de sentir externos ao indivíduo, providas de um poder de coerção, fazendo com que esses fatos se imponham ao próprio indivíduo. Não se confundem com fenômenos orgânicos, pois se baseiam em representações e em ações; tampouco não são fenômenos psíquicos, que não existem senão na consciência individual. Os fatos sociais constituem uma espécie nova, por isso adjetivado de sociais.

Durkheim (2007) explica que o fato social é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce sobre os indivíduos, sendo de tal magnitude, que a maioria das ideias dos sujeitos sociais não são feitas por si mesmos, vêm de fora e são aptas a suspender a sua própria vontade. Logo, o sujeito é passivo e receptor. O objeto de estudo, fato social, é caracterizado pela difusão no interior do grupo, existindo independentemente de formas que assume ao difundir-se.

O método de investigação durkheimiana dá-

se pela observação e experimentação do objeto, com objetividade e impessoalidade. Seu legado é ter dado a feição de ciência à Sociologia por causa do seu método.

Trazendo a um exemplo prático, para o sociólogo o crime é algo natural e uma realidade intrínseca a todas as sociedades, não considerada um fenômeno patológico. Adotando a premissa durkheimiana tem-se que as pessoas envolvidas em eventos criminosos não fazem parte de uma categoria especial, podendo qualquer um ser rotulado como criminosas, em potência.

Para que, numa sociedade dada, os atos reputados criminosos pudessem deixar de ser cometidos, seria preciso que os sentimentos que eles ferem se verificassem em todas as consciências individuais sem exceção e com o grau de força necessário para conter os sentimentos contrários. Ora, supondo que essa condição pudesse efetivamente ser realizada, nem por isso o crime desapareceria, ele simplesmente mudaria de forma; pois a causa mesma que esgotaria assim as fontes da criminalidade abriria imediatamente novas. (DURKHEIM, 2007, p. 68).

Em conclusão, Durkheim enfatiza que a primeira regra e a mais fundamental é considerar os fatos sociais como coisas. Despido de conceitos

anteriores, de forma neutra e isenta, o pesquisador deve observar, comparar e descrever o objeto, tal qual é. A subjetividade não pode interferir no processo (DURKHEIM, 2007).

## 4.9 Edgar Morin

O conhecimento científico foi, e continua sendo concebido como meio de eliminar a complexidade dos fenômenos. Ocorre que esses modos simplificadores de conhecimento produzem mais cegueira do que elucidação. Assim, é preciso aderir a um pensamento complexo que conduz à eliminação do “paradigma de simplificação”, da disjunção/redução, pelo paradigma de distinção/conjunção, que permite distinguir sem disjuntar, de associar sem reduzir (MORIN, 2015).

Assim, deve se compreender a contradição e o imprevisível a partir da convivência com eles, de modo que a “ciência” é relativa a determinado objeto, não sendo científico tentar definir as fronteiras da ciência. Pensamento complexo é aquele capaz de considerar todas as influências recebidas: internas e externas. O pensamento que é complexo não pode ser linear, seu cerne é distinguir, mas não separar (PETRAGLIA, 2011).

A ideia fundamental da complexidade é

a de que a essência do mundo seja complexa e não simples, numa convivência dialógica de ordem/ desordem/organização. E por trás da complexidade, a ordem e a desordem se dissolvem, as distinções se diluem. Então, o desenvolvimento da ciência segue este princípio espantoso: nunca encontramos o que procuramos (MORIN, 2015).

A transdisciplinaridade é fruto do paradigma da complexidade, fundamentada por uma epistemologia da complexidade. A tendência dominante das ciências é privilegiar o conhecimento das partes, mas o todo está também dentro da parte; o indivíduo não está somente dentro da sociedade, a sociedade enquanto todo está também no indivíduo. Assim, a transdisciplinaridade surge como a maneira de se romper os limites entre as disciplinas, que fragmentam o saber e a visão de educadores e alunos (PETRAGLIA, 2011).

É preciso aderir a um conceito de sistema aberto, bem como de colocar o sujeito ao lado do objeto, pois são indissociáveis. O mundo está no interior de nossa mente, que está no interior do mundo. Sujeito e objeto são constitutivos um do outro, não significando uma via unificadora e harmoniosa, ante o princípio de incerteza generalizada. É preciso, abrir a possibilidade de um conhecimento ao mesmo tempo mais rico e menos certo (MORIN, 2015).



## 4.10 Paulo Freire

Freire ressaltava a necessidade de combater o neoliberalismo, sua crítica ao poder dominante, que resulta além da manipulação política, dos meios de comunicação, e também resulta na manipulação da ciência para dominar, oprimir e subjugar as populações (TORRES, 2008).

A grande novidade trazida por Freire foi a de ter entendido que a educação é um ato político libertador. Propõe uma pedagogia do oprimido, visando que estes assumam o papel de protagonistas, de sujeitos históricos do processo de libertação econômica, social, política, social e cultural da América Latina. A educação seria a via pela qual a tarefa libertadora pode concretizar-se (BORGES, 2013).

Propõe uma epistemologia da curiosidade, perguntando constantemente, sentindo-se insatisfeito com as respostas. E ainda, a epistemologia da suspeita, de que toda a interação humana, por haver relações de poder, envolve dominação e deve, portanto, ser submetida a uma crítica sistemática (TORRES, 2008).

A conscientização é a capacidade de ver o que está por detrás da realidade levando as pessoas a questionarem o seu mundo. Somente com uma educação conscientizadora, baseada no diálogo e participação ativa das pessoas, leva à verdadeira

concepção democrática, na qual ninguém é silenciado, posto à margem ou excluído. Nessas ideias freirianas é possível perceber o poder das armas de uma revolução educacional e cultural com vistas à libertação integral do ser humano. Os oprimidos precisam ser libertados, transformados em autores da sua própria história, como quer Freire (BORGES, 2013).

Destaque que Freire fala da ‘planetarização’: viver conectando e conectando-se com os outros, isto é, viver a partir das relações em que estamos envolvidos. Não é uma mera reação à “globalização”, mas uma outra proposta. Ele sintetizou a possibilidade do resgate das epistemologias silenciadas pelo poder hegemônico, como também o das epistemologias contemporâneas que tentam a construção de uma nova geopolítica do conhecimento fora do âmbito das epistemologias hegemônicas (TORRES, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão desta obra foi de dar um suporte ao pesquisador iniciante em área interdisciplinar, para situá-lo metodológica e epistemologicamente em alguns conceitos básicos. Não se esgota nenhum dos assuntos propostos, mas dá uma visão geral do que se esperar e como proceder em um estudo em Ciências Sociais, ante sua atual modelagem interdisciplinar e complexa.

Para conseguir alcançar respostas iniciais formuladas através dos objetivos e da hipótese de qualquer pesquisa é indispensável trilhar um caminho metodológico, o qual mostra a perspectiva do pesquisador em um determinado momento histórico.

Do mesmo modo, se faz necessário dar base à pesquisa através da epistemologia, que nos ensinamentos de Dutra (2010) significa a maneira de elucidar como o conhecimento proposicional pode ser justificado e ficar protegido a críticas razoáveis. Com isso, um aparato epistemológico dá robustez aos argumentos do cientista social, na medida em que revela seu método (intrínseco à epistemologia).

Um estudo epistemológico em Ciências Sociais deve ser preponderantemente interdisciplinar,

com o saber globalmente considerado. Aliás, este é o grande desafio das ciências - comunicar as áreas de conhecimento, em vez de isolar e separar.

Discorre-se nesta obra sobre 10 (dez) matrizes epistemológicas: Kuhn, Popper, Foucault, Santos, Habermas, Bauman, Bourdieu, Durkheim, Morin e Freire. Tratou-se de uma breve apresentação de cada um desses autores, sem realizar um aprofundamento nas concepções de cada um deles. Foram explanações breves e de seus conceitos mais evidentes. Não se olvida que outros autores são de referência incontestável em Ciências Sociais.

Espera que ao ler esta obra, o pesquisador social iniciante tome consciência da necessidade de manutenção de uma vigilância epistemológica constante, bem como da relevância da interdisciplinaridade, a qual agrega novos olhares e amplia as visões sobre o objeto, e finalmente, o reconhecimento da complexidade do objeto, que não pode ser concebido de maneira fragmentada e singela.

# REFERÊNCIAS

ALVES Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Desafios para falar de métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho. In: ALVES Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa dos (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Praxis, 2014.

BADARÓ, Claudio Eduardo. **Epistemologia e ciência: reflexão e prática na sala de aula**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. 279 p. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/alasiasantos/analise-de-conteudo-laurence-bardin>> Acesso em 24 abr. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258 p.

BLANCHÉ, Robert. **A epistemologia**. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

BORGES, V. **A reconstrução de uma ética pedagógica libertadora à luz de Paulo Freire**. Curitiba, PR: CRV, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de, SGARBIERO, Márcia. Pesquisa Exploratória: concepção e percurso metodológico. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de (Org.) **Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012. p. 195-209.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)> Acesso em: 05 maio 2018.

\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>> Acesso em: 05 maio 2018.

CASTAÑON, Gustavo. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: EPU, 2007.

CERVI, Emerson Urizzi: Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. In: BOURGUIGNON,

Jussara Ayres (Org.) **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 125-144.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: DESLANDES, Suely Ferreira.; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUARTE, Teresa. **A possibilidade da investigação a 3**: reflexões sobre triangulação metodológica. Lisboa: CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ CIES e-Working Papers, 2009. Disponível em: < [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20\\_Duarte.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20_Duarte.pdf)> Acesso em: 29 ago. 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3 ed. Martins Fontes: São Paulo: 2007, 165 p.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: UNESP, 2010, 192 p.

FERREIRA, Aparecida de Jesus; SCHIMANSKI, Edina; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A triangulação como recurso metodológico na pesquisa social. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de

(Org.) **Pesquisa em Ciências Sociais**: Interfaces, debates e Metodologias. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012, p. 129-149

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, ano 23, nº 79, ago. 2002, p. 257-272. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed. 2008. 236 p.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas**. Lisboa: Portugalia ou São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. 79 p.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005, 77 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em <[https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2016.



GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. **EccoS**. São Paulo, v.7, n. 2, p. 253-274, jul/dez 2005.

GOUVEIA, João Tiago de Freitas. A Justiça Restaurativa como mediador entre o Sistema e o Mundo da Vida habermasiano. Dissertação de Mestrado, Universidade de Minho. Portugal, Campinas, 2016.

GUTIERREZ, Gustavo Luís; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**. Porto Alegre: v. 58, n. 1, p. 151-173, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/45747/teoria%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20comunicativa%20%28habermas%29%20-%20estrutura%2C%20fundamentos%20e%20implica%C3%A7%C3%B5es%20do%20modelo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 out. 2017.

HABERMAS, Jurgen. **Conhecimento e interesse** - com um novo posfácio. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 367p.

\_\_\_\_. **Verdade e Justificação**. Ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

\_\_\_\_. **Introdução às Ciências Humanas: análise da epistemologia da história**. 2. ed. São Paulo: Letras e Letras, 1994.

KOZICK, Katya; COELHO, Sérgio Reis; ALMEIDA, Paula Josiane. Apontamentos sobre o método empregado por Pierre Bourdieu nas ciências sociais e a sua repercussão no âmbito jurídico. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**. Curitiba, v. 13, n. 13, p. 64-80, janeiro/junho de 2013. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/299/298>>. Acesso em: 27 out. 2017.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa Uma introdução – Elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: Educ, 1999.

MAINARDES, Jefferson. A ética na pesquisa em Educação: desafios atuais. In: CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; CARVALHÊDO, Josania Luma Portela; ARAÚJO, Francisco Antonio Machado (org). **Caminhos da pós-graduação em educação no nordeste do Brasil: avaliação, financiamento, redes e produção científica**. Teresina: EDUPI, 2016.

MALDONADO, Carlos Eduardo. Complejidad de los sistemas sociales: un reto para las ciencias sociales. In: OSORIO, Francisco (org). **Epistemologia y ciencias sociales: Ensayos latino-americanos**. Santiago: LOM ediciones, 2014.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2009. 247 p.

MENDONCA, André Luis de Oliveira. O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos. **Sci. Stud.**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 535-560, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662012000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662012000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 14 mar. 2017.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010

MILLS, Charles Wright. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

\_\_\_\_. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira.; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **Meus filósofos**. Tradução Edgard Assis de Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2014.

\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma e reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PESCUMA, Derna.; CASTILHO, Antonio Paulo Ferreira de. **Trabalho Acadêmico – o que é? como fazer?: um guia para sua elaboração**. São Paulo: Olho D'água, 2008.

PETRAGLIA, I. **Edgar Morin**: a educação da complexidade do ser e do saber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

PIMENTA, Carlos. **Apontamentos sobre complexidade e epistemologia nas Ciências Sociais**. In Sobre Interdisciplinaridade. Caxias do Sul: EDUCS, 2005

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1959.

POSADA, Jorge Gregorio. La Subjetividad en las Ciencias Sociales, uma cuestión Ontológica y no Epistemológica. In: OSORIO, Francisco (org). **Epistemologia y ciencias sociales**: Breve manual. Santiago: LOM ediciones, 2007.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Gradiva, 5ª ed., 2008.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil**: um balanço das teses e dissertações dos anos 90. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006

SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de Paz e Educação para a Paz**: olhares a partir da Teoria da Complexidade de Edgar Morin. 2016. 357f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2016.


SEIFERT, Paulo Augusto. **Filosofia das Ciências Sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007, 126p.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educ. rev.** Curitiba, n. 10, p. 91-98, dez. 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40601994000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2017.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; SILVA, Nilce da. A modernidade líquida: o sujeito e a interface com o fantasma. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza , v. 8, n. 1, p. 171-194, mar. 2008 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482008000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 set. 2018.

TORRES, C. A. (et al.) **Reinventando Paulo Freire no século 21**. São Paulo: Ed. Livraria Paulo Freire, 2008.



Migrar de uma área disciplinar para interdisciplinar requer uma sensibilidade para perceber as suas várias facetas e em especial, entender a dinâmica que o objeto de estudo estabelece em sua complexidade. Compartilhar um pouco desse aprendizado é o mote desta obra, objetivando mostrar, ainda que sucintamente, alguns conceitos básicos, correntes epistemológicas conhecidas, metodologias aplicáveis para estudo, a fim de que o leitor dê os primeiros passos rumo a um estudo interdisciplinar.